

Boletim do Trabalho e Emprego

3

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho

Preço 44\$00

BOL. TRAB. EMP.	LISBOA	VOL. 49	N.º 3	P. 95-138	22-JANEIRO-1982
-----------------	--------	---------	-------	-----------	-----------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Portarias de regulamentação do trabalho:

Pág.

- PRT para os grossistas e importadores de material eléctrico, fotográfico, electrónico e electro-doméstico 97

Portarias de extensão:

- Aviso para PE do CCT entre a Assoc. dos Industriais de Massas Alimentícias, Bolachas e Chocolates e o Sind. Nacional dos Operários Confeiteiros e Ofícios Correlativos do Dist. do Porto 110
- Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. dos Industriais de Prótese e o Sind. dos Técnicos de Prótese Dentária 110

Convenções colectivas de trabalho:

- Acordo de adesão entre a FAPEL — Assoc. Portuguesa de Fabricantes de Papel e Cartão e o Sind. dos Fogueiros de Mar e Terra do Norte ao CCT entre a FAPEL e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros 110
- ACT para cantinas, refeitórios e fábricas de refeições — Alteração salarial e outras 111
- CCT entre a Assoc. do Norte dos Importadores-Armacenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. Química e Farmacêutica — Alteração salarial e outras 113
- CCT entre a Assoc. Portuguesa das Empresas Industriais de Produtos Químicos e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras 119

— CCT entre a Assoc. dos Industriais de Prótese e o Sind. dos Técnicos de Prótese Dentária — Alteração salarial	121
— AE entre o Teatro de S. Carlos, E. P., e a Feder. dos Sind. do Sector dos Espectáculos	121
— CCT para as indústrias metalúrgicas e metalomecânicas (entre a Assoc. dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte e outras e a Feder. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outros) — Constituição da comissão paritária	138

SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PRT para os grossistas e importadores de material eléctrico, fotográfico, electrónico e electro-doméstico

Em 20 de Setembro de 1979 e em 28 de Agosto de 1980 as associações sindicais representativas dos trabalhadores das empresas grossistas e importadoras de material eléctrico, fotográfico, electrónico e electro-doméstico apresentaram à Associação Portuguesa dos Grossistas e Importadores de Material Eléctrico, Fotográfico e Electrónico propostas de revisão dos instrumentos de regulamentação colectiva publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 18, de 15 de Maio de 1978, e respectivas alterações, constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 38, de 15 de Outubro de 1979.

Encetadas que foram as negociações directas, não conseguiram as partes alcançar uma plataforma de acordo.

As associações sindicais, por este facto, solicitaram ao Ministério do Trabalho, nos termos da legislação aplicável, a realização de tentativa de conciliação, que decorreu sob a égide dos serviços competentes para o efeito.

Não foi no entanto possível, apesar dos esforços desenvolvidos, obter um entendimento, visto se ter frustrado totalmente a tentativa de conciliação.

Como as partes acordaram o recurso à mediação ou à arbitragem, verificou-se uma situação de impasse incompatível com o andamento normal do processo de negociação.

Assim, foram consideradas preenchidas as condições previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, de 29 de Dezembro, tendo sido constituída por despacho de 15 de Maio de 1981, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 20, de 29 de Maio de 1981, uma comissão técnica encarregada de proceder aos estudos preparatórios para a emissão de uma PRT.

Na sequência dos trabalhos da referida comissão técnica foi elaborada a presente portaria, que, dentro do espírito da Resolução n.º 56-A/80, de 9 de Fevereiro, insere apenas as remunerações mínimas dos profissionais abrangidos e normas respeitantes às profissões e categorias profissionais de informática.

Daqui resulta que se mantêm em vigor os preceitos dos instrumentos de regulamentação colectiva atrás mencionados que disponham sobre as restantes matérias.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado do Comércio e do Trabalho

BASE I

(Âmbito)

1 — A presente portaria é aplicável no território do continente a todas as entidades patronais que exerçam o comércio por grosso de equipamento e componentes electrónicos, material eléctrico, aparelhos e materiais para fotografia e cinema, bem como a importação de aparelhos e material electro-doméstico e de queima, e aos trabalhadores ao seu serviço cujas funções correspondam às profissões enunciadas no anexo 1 da presente portaria.

2 — A aplicação da presente portaria nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores fica dependente de despacho do Secretário de Estado do Trabalho, logo que sejam cumpridos os trâmites processuais exigidos pela Constituição da República Portuguesa.

BASE II

(Vigência)

A presente portaria entra em vigor nos termos legais, produzindo a tabela salarial efeitos desde 1 de Dezembro de 1981.

BASE III

(Classificação profissional)

Os trabalhadores abrangidos pela presente portaria são obrigatoriamente classificados, segundo as funções que exercem, nas profissões constantes do anexo 1.

BASE IV

(Admissão e acesso)

1 — São aplicáveis aos trabalhadores referidos na base anterior, com excepção dos trabalhadores de informática, as disposições sobre admissão e acesso constantes dos instrumentos de regulamentação colectiva em vigor.

2 — São aplicáveis aos trabalhadores de informática as disposições constantes da base seguinte.

BASE V

(Trabalhadores de informática)

1 — São classificados como estagiários os trabalhadores sem experiência profissional de informática.

2 — O estagiário ascende à categoria de assistente logo que complete:

- a) 6 meses de serviço, tratando-se de estagiário de operador de informática, de operador de recolha de dados de informática e de técnico de manutenção de informática;
- b) 1 ano de serviço, tratando-se de estagiário de analista de informática, de programador de informática, de técnico de sistemas de informática e de técnico de vendas de informática.

3 — O assistente ascende à categoria de profissional logo que complete 3 anos de serviço.

4 — Os trabalhadores de informática são classificados nas categorias de assistente, profissional, sénior e, no caso do técnico de sistemas de informática, de especialista, de acordo com os critérios a seguir definidos, sem prejuízo do grau já adquirido:

Assistente. — Executa trabalhos simples com base nos seguintes factores:

- Conhecimentos técnicos primários ou elementares e conhecimentos de gestão mínimos;
- Responsabilidade restrita ou controlada e de impacto mínimo ou muito pequeno;
- Complexidade — trabalhos repetitivos ou normalizados de pura rotina.

Profissional. — Executa trabalhos normais com base nos seguintes factores:

- Conhecimentos técnicos que exigem competência num campo técnico, científico ou especializado adquirido através de experiência, conceitos e princípios. Conhecimentos de gestão de nível médio e de diferentes tipos;
- Responsabilidade caracterizada pela liberdade de acção sujeita a práticas gerais e técnicas orientadas por princípios e regras funcionais. As áreas e o impacto podem ser considerados pequenos ou médios;
- Complexidade — trabalhos, em geral, claramente definidos e sujeitos a objectivos concretos e sob orientação geral.

Sénior. — Executa trabalhos complexos com base nos seguintes factores:

- Conhecimentos técnicos que exigem autoridade em conceitos, princípios e práticas adquiridos através de aprofundamento da sua especialização. Conhecimentos de gestão sobre integração interna de operações relativamente homogêneas na sua natureza e objectivos e que possam envolver coordenação com funções associadas;

Responsabilidade caracterizada pela liberdade de acção apenas globalmente dirigida, através de objectivos, de acordo com as regras da função. As acções e o impacto podem ser considerados grandes;

Complexidade — trabalhos globalmente definidos por políticas gerais, princípios ou objectivos.

Especialista. — Posição mais elevada na função, correspondente ao profissional que se mantém actualizado nas áreas profissionais da sua responsabilidade no que se refere a quaisquer alterações e avanços técnicos:

Conhecimentos máximos no domínio da sua actividade, sendo capaz de fazer a integração de funções hierárquicas elevadas no complexo operativo;

Responsabilidade — trabalhos sujeitos somente a uma orientação de gestor ao mais alto nível;

Complexidade — trabalhos apenas vagamente definidos.

BASE VI

(Integração em níveis de qualificação)

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 121/78, de 2 de Junho, as profissões previstas na presente portaria são enquadradas em níveis de qualificação de acordo com o anexo IV.

BASE VII

(Remuneração do trabalho)

1 — As remunerações mínimas dos trabalhadores abrangidos pela presente portaria são as constantes do anexo III.

2 — Quando os trabalhadores auferirem retribuição mista (parte certa e parte variável), essa retribuição não poderá ser inferior aos mínimos estabelecidos na presente portaria.

Ministérios do Trabalho e da Agricultura, Comércio e Pescas, 12 de Janeiro de 1982. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Joaquim Maria Fernandes Marques*. — O Secretário de Estado do Comércio, *António Escaja Gonçalves*.

ANEXO I

Definição de funções

Trabalhadores administrativos

Caixa. — É o trabalhador que, como função exclusiva ou predominante, tem a seu cargo as operações de caixa e registo do movimento relativo a transacções respeitantes à gestão da empresa; recebe numerário e outros valores e verifica se a sua importância corresponde à indicada nas notas de venda ou nos recibos; prepara os sobrescritos segundo as folhas de pagamento. Pode preparar os fundos destinados a serem depositados e tomar as disposições necessárias para os levantamentos.

Chefe de secção. — É o trabalhador que coordena, dirige e controla o trabalho de um grupo de profissionais ou dirige um sector de serviço administrativo.

Chefe de serviço, de escritório, de departamento, ou de divisão. — É o trabalhador que estuda, organiza, dirige e coordena, sob a orientação do seu superior hierárquico, num ou em vários departamentos da empresa, as actividades que lhe são próprias; exerce, dentro do departamento que chefia, nos limites da sua competência, funções de direcção, orientação e fiscalização do pessoal sob as suas ordens e de planeamento das actividades do departamento, segundo as orientações e fins definidos; propõe a aquisição de equipamento e materiais e a admissão de pessoal necessário ao bom funcionamento do departamento e executa funções semelhantes.

Cobrador. — É o trabalhador que, fora dos escritórios, procede a recebimentos, pagamentos e depósitos, considerando-se-lhe equiparado o empregado de serviços externos que executa funções análogas relacionadas com o escritório, nomeadamente de informação e fiscalização.

Contabilista. — É o trabalhador que organiza e dirige os serviços de contabilidade e dá conselhos sobre problemas de natureza contabilística; estuda a planificação dos circuitos contabilísticos, analisando os diversos sectores de actividade da empresa, de forma a assegurar uma recolha de elementos precisos, com vista à determinação de custos e resultados de exploração; elabora o plano de contas a utilizar para a obtenção dos elementos mais adequados à gestão económico-financeira e ao cumprimento da legislação comercial e fiscal; supervisiona a escrituração dos registos e livros de contabilidade, coordenando, orientando e dirigindo os empregados encarregados dessa execução; fornece os elementos contabilísticos necessários à definição da política orçamental e organiza e assegura o controle da execução do orçamento; elabora ou certifica os balancetes e outras informações contabilísticas a submeter à administração ou a fornecer a serviços públicos; procede ao apuramento de resultados, dirigindo o encerramento das contas e a elaboração do respectivo balanço, que apresenta e assina; elabora o relatório explicativo que acompanha a apresentação de contas ou fornece indicações para essa elaboração; efectua as revisões contabilísticas necessárias, verificando os livros de registos, para se certificar da correcção da respectiva escrituração. Pode subscrever a escrita da empresa, sendo o responsável pela contabilidade das empresas do grupo A, a que se refere o Código da Contribuição Industrial, perante a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Nestes casos é-lhe atribuído o título de habilitação profissional de técnico de contas.

Correspondente em línguas estrangeiras. — É o trabalhador que tem como principal função redigir cartas e quaisquer outros documentos de escritório em línguas estrangeiras, dando-lhes seguimento apropriado; lê, traduz, se necessário, o correio recebido e junta-lhe a correspondência anterior sobre o mesmo assunto; estuda documentos e informa-se sobre a matéria em questão ou recebe instruções definidas com vista à resposta; redige textos, faz rascunhos de cartas, dita-as ou dactilografa-as. Pode ser encarregado de se ocupar dos respectivos processos.

Dactilógrafo. — É o trabalhador que, predominantemente, escreve à máquina cartas, notas e textos baseados em documentos escritos ou informações que lhe são ditadas ou comunicadas por outros meios; imprime, por vezes, papéis-matrizes (*stencil*) ou outros materiais, com vista à reprodução de textos. Acessoriamente, pode executar serviços de arquivo.

Director de serviços. — É o trabalhador que estuda, organiza, dirige e coordena, nos limites dos poderes de que está investido, as actividades do organismo ou da empresa ou de um ou vários dos seus departamentos. Exerce funções, tais como colaborar na determinação da política da empresa, planear a utilização mais conveniente da mão-de-obra, equipamento, materiais, instalações e capitais, orientar, dirigir e fiscalizar a actividade do organismo ou empresa segundo os planos estabelecidos, a política adoptada e as normas e regulamentos prescritos, criar e manter uma estrutura administrativa que permita explorar e dirigir a empresa de maneira eficaz, colaborar na fixação da política financeira e exercer a verificação dos custos.

Empregado de serviços externos. — É o trabalhador que, normal e predominantemente, efectua, fora do escritório, serviços de informação, de entrega e recepção de documentos e pequenos objectos junto de repartições públicas e outras entidades, podendo exercer outras tarefas análogas relacionadas com o escritório que não caibam nas funções de outra categoria.

Escriturário. — É o trabalhador que executa várias tarefas que variam consoante a importância e natureza do escritório onde trabalha; redige relatórios, cartas, notas informativas e outros documentos, manualmente ou à máquina, dando-lhes o seguimento apropriado; tira as notas necessárias à execução das tarefas que lhe competem; examina o correio recebido, separa-o, classifica-o e compila os dados que são necessários para preparar as respostas; elabora, ordena ou prepara os documentos relativos à encomenda, distribuição e regularização das compras e vendas; recebe pedidos de informações e transmite-os à pessoa ou serviço competente; põe em caixa os pagamentos de contas e entrega recibos; escreve em livros as receitas e despesas, assim como outras operações contabilísticas; estabelece o extracto das operações efectuadas e de outros documentos para informação da direcção; atende os candidatos às vagas existentes, informa-os das condições de emissão e efectua registos de pessoal; preenche formulários oficiais relativos ao pessoal ou à empresa; ordena e arquiva notas de livranças, recibos, cartas e outros documentos e elabora dados estatísticos. Acessoriamente, nota em estenografia, escreve à máquina e opera com máquinas de escritório; verifica e regista a assiduidade do pessoal, assim como os tempos gastos na execução das tarefas, com vista ao pagamento de salários ou outros fins. Para esse efeito, percorre os locais de trabalho para anotar faltas ou saídas; verifica as horas de presença do pessoal segundo as respectivas fichas do ponto; calcula, através das fichas de trabalho, os tempos consagrados à execução de tarefas determinadas; verifica se o conjunto de tempos indicados nas fichas de trabalho corresponde às horas de presença. Pode também assistir à entrada e saída do pessoal junto de relógios de ponto ou outros dis-

positivos de controle e, por vezes, comunica ou faz justificações de faltas e atrasos dos trabalhadores aos respectivos chefes.

Esteno-dactilógrafo. — É o trabalhador que nota em estenografia e transcreve em dactilografia relatórios, cartas e outros textos. Pode, por vezes, utilizar uma máquina de estenotipia, dactilografar papéis-matrizes (*stencil*) para reprodução de textos e executar outros trabalhos de escritório.

Guarda-livros. — É o trabalhador que se ocupa da escrituração de registos ou de livros de contabilidade, gerais ou especiais, analíticos ou sintéticos, selados ou não selados, executando, nomeadamente, trabalhos contabilísticos relativos ao balanço anual e apuramento dos resultados da exploração e do exercício. Pode colaborar nos inventários das existências, preparar ou mandar preparar extractos de contas simples ou com juros e executar trabalhos conexos. Não havendo secção própria de contabilidade, superintende os referidos serviços e tem a seu cargo a elaboração dos balanços e escrituração dos livros selados ou é responsável pela boa ordem e execução dos trabalhos.

Operador de máquinas de contabilidade. — É o trabalhador que trabalha, predominantemente, com máquinas de contabilidade com ou sem teclado alfabético e nelas executa trabalhos relacionados com a contabilidade.

Operador de «telex». — É o trabalhador que transmite e recebe mensagens numa ou mais línguas e de diferentes postos de *telex*; transcreve as mensagens e efectua os preparativos necessários para a sua transmissão e transmite-as; recebe mensagens transmitidas pelos teleimpressores; arquiva mensagens para consulta posterior; providencia pela manutenção do material para o normal funcionamento do serviço.

Recepcionista. — É o trabalhador que recebe clientes e dá explicações sobre os artigos, transmitindo indicações dos respectivos departamentos; assiste na portaria, recebendo e atendendo visitantes que pretendam encaminhar-se para a administração ou para funcionários superiores ou atendendo outros visitantes, com orientação das visitas e transmissão de indicações várias.

Secretário(a). — É o trabalhador que, além de executar tarefas de correspondente e ou de esteno-dactilógrafo, tem conhecimentos de línguas estrangeiras e colabora directamente com entidades cujas funções sejam de níveis superiores da empresa, libertando-as ainda de trabalhos de escritório de carácter geral.

Subchefe de secção/escriturário-principal. — É o trabalhador que tem como função a execução das tarefas mais qualificadas do escritório, nomeadamente tarefas relativas a assuntos de pessoal, de legislação ou fiscais, apuramentos e cálculos contabilísticos e estatísticos complexos e tarefas de relação com os fornecedores e ou clientes que obriguem a tomada de decisões correntes; colabora directamente com o seu superior hierárquico e, no impedimento deste, dirige, coordena ou controla as tarefas de um grupo de trabalhadores administrativos e ou correlativos.

Telefonista. — É o trabalhador que opera com qualquer tipo de PPC ou PPCA. Será classificado como telefonista de 1.^a ou de 2.^a conforme tenha menos ou mais de 3 anos de antiguidade na empresa.

Tesoureiro. — É o trabalhador que dirige a tesouraria em escritório em que haja departamento próprio, tendo a responsabilidade dos valores de caixa que lhe estão confiados; verifica as diversas caixas e confere as respectivas existências; prepara os fundos para serem depositados nos bancos e toma as disposições necessárias para levantamentos; verifica periodicamente se o montante dos valores em caixa coincide com o que os livros indicam. Pode, por vezes, autorizar certas despesas e executar outras tarefas relacionadas com as operações financeiras.

Trabalhadores do comércio, de armazéns e vendas

Caixa de balcão. — É o trabalhador que recebe em numerário ou cheques o pagamento de mercadorias ou serviços no comércio; confere, passa documentos de quitação e regista essas operações em folhas de caixa.

Caixeiro. — É o trabalhador que vende mercadorias directamente ao cliente; fala com o cliente no local de venda e informa-se do género de produtos que deseja; ajuda o cliente a efectuar a escolha do produto; anuncia o preço e condições de pagamento; cuida da embalagem do produto ou toma as medidas necessárias à sua entrega; recebe encomendas, elabora notas de encomendas e toma as medidas necessárias à sua execução.

Caixeiro-ajudante. — É o trabalhador que, terminado o período de aprendizagem ou tendo 18 anos ou mais de idade, estagia para caixeiro.

Caixeiro-encarregado ou caixeiro chefe de secção. — É o trabalhador que na empresa ou numa secção dirige o serviço e o pessoal da empresa ou da secção; coordena, dirige e controla o trabalho e as vendas.

Caixeiro de praça ou praticista. — É o trabalhador com as mesmas funções do caixeiro-viajante, mas exercidas na área do distrito onde se encontra instalada a sede ou delegação da empresa a que ele se encontra adstrito.

Caixeiro-viajante. — É o trabalhador que solicita encomendas, promove e vende mercadorias a retalhistas, industriais, instituições ou a compradores por grosso por conta da entidade patronal, viajando numa zona geográfica determinada; esforça-se por interessar os compradores eventuais, apresenta-lhes amostras e catálogos e enaltece as qualidades dos produtos; indica os preços e condições de crédito; transmite as encomendas ao escritório central e envia relatórios sobre as transacções comerciais que efectuou; mantém-se ao corrente da variação de preços e de outros factores que interessam ao mercado. Pode ser designado segundo o género de produtos que vende.

Chefe de compras. — É o trabalhador que dirige, coordena ou controla as compras da empresa.

Chefe de vendas. — É o trabalhador que dirige, coordena ou controla um ou mais sectores de venda da empresa.

Conferente. — É o trabalhador que confere mercadorias ou produtos com vista ao seu acondicionamento, recepção ou expedição, podendo também registar a entrada e ou saída de mercadorias.

Demonstrador. — É o trabalhador que efectua demonstrações, dentro ou fora das instalações, de diversos tipos de máquinas, equipamentos, produtos ou acessórios, com o objectivo de permitir que os clientes se apercebam das suas características, qualidades técnicas e do conveniente funcionamento dos mesmos, antes ou depois da venda.

Distribuidor. — É o trabalhador que distribui as mercadorias por clientes ou sectores de vendas, podendo, para esse fim, utilizar os meios de transporte postos à sua disposição pela empresa.

Embalador. — É o trabalhador que predominantemente embala e desembala produtos diversos por métodos manuais ou mecânicos com vista à sua expedição ou armazenamento.

Encarregado de armazém. — É o trabalhador que dirige os trabalhadores e o serviço no armazém, assumindo a responsabilidade pelo seu bom funcionamento, podendo ter a seu cargo um ou mais fiéis de armazém.

Fiel de armazém. — É o trabalhador que superintende as operações de entrada e saída de mercadorias e ou materiais: executa ou fiscaliza os respectivos documentos; responsabiliza-se pela arrumação e conservação das mercadorias e ou materiais; examina a concordância entre as mercadorias recebidas e as notas de encomenda, recibos e outros documentos e toma nota dos danos e perdas; orienta e controla a distribuição das mercadorias pelos sectores da empresa, utentes ou clientes; promove a elaboração de inventários e colabora com o superior hierárquico na organização material do armazém; assume a responsabilidade do bom funcionamento do armazém desde que não esteja previsto no quadro de densidades um encarregado de armazém.

Inspector de vendas. — É o trabalhador que inspeciona o serviço dos vendedores, caixeiros-viajantes e de praça; visita os clientes e recebe as reclamações destes, verifica a acção dos seus inspeccionados pelas notas de encomenda, auscultação da praça, programas cumpridos, etc.

Gerente comercial. — É o trabalhador que organiza e dirige um estabelecimento comercial por conta do comerciante; organiza e fiscaliza o trabalho dos caixeiros ou vendedores; cuida da exposição das mercadorias, esforçando-se por que tenham um aspecto atraente; procura resolver as divergências que porventura surjam entre os clientes e o sector de vendas e dá as informações que lhe sejam pedidas; é responsável pelas mercadorias que lhe sejam confiadas; verifica as caixas e as existências.

Operador de máquinas. — É o trabalhador cuja actividade predominante se processa manobrando ou utilizando máquinas, tais como empilhadoras, monta-cargas,

ponte móvel, balança ou báscula e máquinas de embalar.

Praticante de caixeiro ou de armazém. — É o trabalhador com menos de 18 anos de idade que, no estabelecimento ou no armazém, está em regime de aprendizagem.

Promotor de vendas. — É o trabalhador que, actuando em pontos directos e indirectos de consumo, procede no sentido de esclarecer o mercado com o fim específico de incrementar as vendas da empresa.

Prospector de vendas. — É o trabalhador que verifica as possibilidades do mercado nos seus vários aspectos e preferências, poder aquisitivo e solvabilidade; estuda os meios mais eficazes de publicidade de acordo com as características do público a que os produtos se destinam; observa os produtos quanto à sua aceitação pelo público e a melhor maneira de os vender. Pode eventualmente organizar exposições.

Servente de armazém. — É o trabalhador que procede ao acondicionamento ou arrumação de mercadorias e efectua serviços complementares de armazém.

Vendedor especializado. — É o trabalhador que vende, por grosso ou a retalho, mercadorias que exijam conhecimentos especiais: fala com o cliente no local de venda, informa-se do género de produtos que deseja e do preço aproximado que está disposto a pagar; auxilia o cliente a efectuar a escolha, fazendo uma demonstração do artigo, se for possível, ou evidenciando as qualidades comerciais e vantagens do produto salientando as características de ordem técnica; enuncia o preço e condições de crédito; recebe encomendas, elabora notas de encomenda e transmite-as para execução; cuida da exposição das mercadorias. Toma as medidas necessárias para a entrega de produtos ou vigia a embalagem. Por vezes, recebe o pagamento ou faz apor ao cliente a sua assinatura no contrato. Em certos casos incumbe-se também do inventário periódico das existências. Pode ser designado segundo a natureza dos produtos que vende.

Trabalhadores da construção civil e madeiras

Carpinteiro. — É o trabalhador que predominantemente trabalha em madeiras, incluindo os respectivos acabamentos no banco de oficina ou na obra.

Pedreiro. — É o trabalhador que exclusiva ou predominantemente executa alvenarias de tijolo, pedra ou blocos, podendo também fazer assentamentos de manilhas, tubos ou cantarias, rebocos e outros trabalhos similares ou complementares.

Polidor de móveis. — É o trabalhador que dá polimento na madeira, transmitindo-lhe a tonalidade e brilho desejados; prepara a madeira, aplicando-lhe uma infusão na cor pretendida, alisando-a com uma fibra vegetal e betumando as fendas e outras imperfeições; ministra, conforme os casos, várias camadas de massa, anilinas, queimantes, pedra-pomes ou goma-laca dissolvida em álcool, verniz ou outros produtos de que se sirva; utiliza utensílios manuais, como raspadores, pincéis, trinchas, bonecas e lixas.

Servente. — É o trabalhador sem qualquer qualificação ou especificação profissional que trabalha nas

obras, areeiros ou em qualquer local em que se justifique a sua presença e que tenha mais de 18 anos.

Trabalhadores electricistas

Ajudante. — É o trabalhador que completou a sua aprendizagem e coadjuva os oficiais, preparando-se para ascender à categoria de pré-oficial.

Aprendiz. — É o trabalhador que, sob a orientação permanente dos oficiais, os coadjuva nos seus trabalhos.

Chefe de equipa. — É o trabalhador com a categoria de oficial responsável pelos trabalhos da sua especialidade sob as ordens do encarregado, podendo substituí-lo na sua ausência.

Electricista. — É o trabalhador que monta, ensaia, procede à manutenção e repara fios e instalações eléctricas, em oficina ou no exterior, tais como instalações de cablagem eléctrica e instalações conexas em casas de habitação, estabelecimentos industriais, comerciais e outros, assim como em aviões, veículos a motor e navios, defeitos de cablagem e outros defeitos em aparelhos electrodomésticos e outros aparelhos eléctricos, que não caibam nas funções das categorias de electromecânico e de técnico de electrónica, e ainda em instalações de anúncios luminosos.

Electromecânico. — É o trabalhador que ajusta, regula, repara, instala e ensaia máquinas eléctricas e outros aparelhos eléctricos em fábricas, em oficinas ou no local da utilização, tais como máquinas eléctricas e outra aparelhagem eléctrica, motores eléctricos e dínamos, dispositivos de comutação e comando, instrumentos eléctricos ou os elementos eléctricos de ascensores e equipamentos afins, aparelhos electrodomésticos, máquinas de escritório, máquinas e aparelhos industriais, bem como equipamentos eléctricos a bordo de aviões, veículos e barcos.

Encarregado. — É o trabalhador com a categoria de oficial que controla e dirige os serviços nos locais de trabalho.

Oficial. — É o trabalhador que executa todos os trabalhos da sua especialidade e assume a responsabilidade dessa execução.

Operário especializado. — É o trabalhador cuja actividade é caracterizada por operações simples de ciclos muito curtos, geralmente em cadeia, compreendendo, a título exemplificativo, a montagem de aparelhagem sonora, aparelhagem telefónica e *relais*, a montagem de unisselectores, selectores, campainhas, besouros, quadros, disjuntores, tomadas, interruptores, comutadores, aparelhagem de medida e contadores, a montagem de centrais telefónicas, telefones e comutadores manuais e a montagem de aparelhagem emissora e receptora de rádio e televisão.

Pré-oficial. — É o trabalhador que coadjuva os oficiais e que, cooperando com eles, executa trabalhos de menor responsabilidade.

Técnico de electrónica. — É o trabalhador que ajusta, regula, repara, instala e ensaia aparelhos eléctricos em fábricas, oficinas ou no local de utilização, tais como diversos tipos de aparelhos electrónicos, postos emis-

sores e receptores de rádio e televisão, aparelhos electrónicos de localização e detecção, elementos electrónicos de aparelhos médicos, de computadores e máquinas similares, de equipamentos industriais e de sistemas de sinalização.

Trabalhadores de engenharia

Profissional de engenharia (escala 1). — É o trabalhador que executa trabalhos técnicos simples e ou de rotina, tais como projectos, cálculos e aplicação de técnicas fabris, estudos, normas, especificações e estimativas. Pode tomar decisões desde que apoiadas em orientações técnicas completamente definidas. O seu trabalho é orientado e controlado directa e permanentemente quanto à aplicação dos métodos e à precisão dos resultados.

Profissional de engenharia (escala 2). — É o trabalhador que executa trabalhos técnicos não rotineiros, podendo utilizar experiências acumuladas pela empresa, dando assistência a técnicos de engenharia de um escala superior em trabalhos, tais como projectos, cálculos, estudos, aplicação e análise de técnicas fabris ou de montagem, especificações e actividade técnico-comercial. Pode ocasionalmente tomar decisões dentro da orientação recebida. Recebe instruções detalhadas quanto à aplicação dos métodos e processos. O seu trabalho é controlado frequentemente quanto à aplicação de métodos e processos e permanentemente quanto a resultados. Não tem funções de coordenação, embora possa orientar técnicos numa actividade comum.

Profissional de engenharia (escala 3). — É o trabalhador que executa trabalhos técnicos de engenharia para os quais a experiência acumulada pela empresa é reduzida ou trabalhos técnicos para os quais, embora conte com experiência acumulada disponível, necessita de capacidade de iniciativa e de tomadas frequentes de decisão. Dentro deste espírito, executa trabalhos, tais como estudo, aplicação, análise e ou coordenação de técnicos fabris ou de montagens, projectos, cálculos, actividades técnico-comerciais, especificações e estudos. Os assuntos ou decisões difíceis, complexos ou invulgares são usualmente transferidos para um técnico de engenharia de escala superior. O seu trabalho não é normalmente supervisionado em pormenor, embora receba orientação técnica em problemas invulgares ou complexos. Pode dar orientação a técnicos ou a técnicos de engenharia de escala inferior, cuja actividade pode congrega ou coordenar.

Profissional de engenharia (escala 4). — É o trabalhador que está no primeiro nível de supervisão directa e contínua de outros técnicos de engenharia ou de desenvolvimento das técnicas de engenharia para que é requerida elevada especialização ou coordenação complexa de actividades, tais como técnico-comerciais, fabris, de projecto e outras. Faz recomendações, geralmente revistas quanto ao valor dos pareceres, mas aceites quanto ao rigor técnico e exigibilidade. Os trabalhos são-lhe entregues com simples indicação do seu objectivo, de prioridades relativas e de interferências com outros trabalhos. Pode distribuir e delinear o trabalho, dar indicações em problemas técnicos e rever trabalhos de outros quanto à precisão técnica. Tem responsabilidade permanente pelos técnicos de engenharia que supervisiona.

Profissional de engenharia (escala 5). — É o trabalhador que faz a supervisão de várias equipas de técnicos de engenharia do mesmo ou vários ramos de engenharia, cuja actividade coordena, fazendo normalmente o planeamento do trabalho dessas equipas ou a supervisão de uma pequena equipa de técnicos de engenharia altamente especializada na execução de trabalhos de desenvolvimento das técnicas de engenharia a ou supervisão de técnicos de engenharia exercendo coordenação complexa de actividades. Toma decisões de responsabilidade não normalmente sujeitas a revisão, excepto as que envolvem grande dispêndio ou objectivos a longo prazo. O trabalho é-lhe entregue com simples indicação dos objectivos finais e é somente revisto quanto à política de acção e eficiência geral, podendo eventualmente ser revisto quanto à justeza da solução. Coordena programas de trabalho e pode dirigir o uso de equipamentos e materiais.

Profissional de engenharia (escala 6). — É o trabalhador que exerce cargos de actividade directiva e ou administrativa sobre vários grupos em assuntos interligados ou investigação, dirigindo uma equipa no estudo de novos processos para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia, visando adquirir independência em técnicas de alto nível, sendo consultores de categoria reconhecida no seu campo de engenharia. Toma decisões de responsabilidade em assuntos que envolvem grandes dispêndios e ou realização de programas superiores sujeitos somente à política global e ao controle financeiro. Recebe orientação administrativa baseada na política global e nos objectivos. O trabalho é-lhe revisto somente para assegurar conformidade com a política e coordenação com outras funções. Coordenação com outras funções. Coordena para atingir os objectivos gerais dos programas sujeitos à política global da empresa.

Trabalhadores gráficos

Compositor manual. — É o trabalhador que combina tipos, filetes, vinhetas e outro material tipográfico; dispõe ordenadamente textos, fotografias e gravuras e composição mecânica; efectua a paginação, distribuindo a composição por páginas, numerando-as ordenadamente e impondo-as para a sua impressão; concebe e prepara a disposição tipográfica nos trabalhos de fantasia; faz todas as emendas e alterações necessárias; faz a distribuição após a impressão. A operação de composição, para ser efectuada, utiliza máquina adequada (ex-Ludlow) que funde através de função de matrizes, linhas bloco, a que junta entrelinhas e material branco, que pode ter de cortar, utilizando serra mecânica, destinando-se geralmente para títulos, notícias e anúncios.

Cortador de guilhotina. — É o trabalhador que regula e manobra uma máquina de comando electrónico ou mecânico para aparar livros, revistas ou outros trabalhos gráficos e cortar papéis; monta as lâminas; regula os programas; posiciona o papel; regulariza as margens, pode-se guiar por miras ou traços de referência, e assegura a manutenção da máquina. Pode trabalhar apenas com guilhotina ou só com trilaterais.

Fotógrafo impressor. — É o trabalhador que executa revelações de filmes, chapas e películas, esmaltagens e manipula ampliadores, copiadores e prensas.

Fotógrafo de litografia. — É o trabalhador que fotografa ilustrações ou textos para obter positivos transparentes, tramados ou não, destinados à sensibilização de chapas metálicas para impressão a uma cor ou mais. Avalia com densímetro as densidades máximas e mínimas dos motivos e calcula coeficientes de correcção. Em originais a cores calcula os factores para cada cor e utiliza os filtros adequados para obter os negativos de selecção nas cores base. Revela, fixa e lava, sobre põe tramas adequadas e tira positivos tramados. Em originais opacos a cores prepara o trabalho para imprimir na prensa de contacto e as máscaras de correcção de cores. Em originais de traço utiliza positivos sem trama. Pode-se servir de equipamento electrónico para o desempenho das suas funções, bem como pode ter conhecimentos ou especialização electrónica.

Fotógrafo operador. — É o trabalhador que executa o serviço de estúdio e reportagens fotográficas e de publicidade.

Fotógrafo-retocador. — É o trabalhador que retoca todas as imperfeições e irregularidades de positivos ou negativos com conhecimentos de iluminação.

Impressor. — É o trabalhador que regula, assegura o funcionamento e vigia uma máquina de imprimir por meio de composição tipográfica; uniformiza a altura da composição, efectua os ajustes necessários na justificação e aperto da forma; faz a almofada, regula a distância e a pressão; regula a tintagem para uma distribuição uniforme; corrige a afinação da máquina e efectua os alceamentos sob a composição ou almofada; regula os dispositivos de aspiração. Pode preparar as tintas que utiliza. Pode ser especializado num tipo particular de máquina. Assegura a sua manutenção. Tira trabalhos a mais de uma cor, acertando as diversas impressões pelos motivos ou referências.

Impressor de litografia. — É o trabalhador que regula, assegura o funcionamento e vigia uma máquina de imprimir folhas ou bobinas de papel, indirectamente a partir de uma chapa metálica fotolitografada e por meio de um cilindro revestido de borracha. Faz o alceamento; estica a chapa e abastece de tinta e água a máquina; providencia a alimentação do papel; regula a distribuição de tinta; examina as provas, a perfeição do ponto nas meias-tintas, efectua correcções e afinações necessárias; regula a marginação; vigia a tiragem; assegura as lavagens dos tinteiros, rolos tomadores e distribuidores; nos trabalhos a cores efectua impressões sucessivas ou utiliza máquinas com diferentes corpos de impressão, ajustando as chapas pelas miras ou traços dos motivos. Pode preparar as tintas que utiliza, dando tonalidade e grau de fluidez e secante adequado a utilizar.

Maquinista. — É o trabalhador que afina, manobra e vigia máquinas automáticas destinadas a transformar bobinas de papel, cartolina ou cartão, rebobinando, cortando, dobrando, gomando ou perfurando; podendo ainda imprimi-las por meio de flexografia.

Montador de litografia. — É o trabalhador que dispõe sobre uma película transparente, segundo uma ordem destinada (e condicionada às características técnicas da secção a que se refere), textos impressos em celofane

ou películas fotográficas transparentes com vista à sua reprodução sobre chapas metálicas (ou cilindros metálicos) para impressão a cores, efectua pela ordem adequada as montagens requeridas por sobreposição à transparência, acertando os motivos e ilustrações pelas miras e traços respectivos.

Operador de máquinas de encadernação. — É o trabalhador que regula e conduz qualquer das máquinas de encadernação ou de acabamentos: dobrar, coser, alta frequência (manuais, automáticas ou semiautomáticas), alçar (folhas ou cadernos), encasar, brochar, pautar, plastificar, envernizar, dourar (por purpurina, por película ou em balancé), colagem ou contracolagem e máquinas polivalentes (consideram-se máquinas polivalentes as que efectuem simultânea ou sucessivamente duas ou mais operações das acima indicadas). Observa a perfeição do trabalho e corrige-o sempre que necessário. Assegura a manutenção.

Operador de rebobinadora. — É o trabalhador que vigia, alimenta e conduz máquinas de rebobinar, cortar, dobrar, gomar, gofrar ou perfurar e colabora em todos os serviços, mormente nas operações relacionadas com a preparação da máquina e seu funcionamento.

Teclista de «monotype». — É o operador qualificado do corpo de teclado da máquina que perfura em papel uma memória código para o comando das fundidoras-compositoras. Tem os conhecimentos básicos da composição manual. Prepara o teclado através de indicações recebidas no original ou que ele mesmo faz, sobre medida, corpo e operações de regular o tambor de justificação, caixa de calibragem e outros acessórios e elementos eventuais para o trabalho a realizar; elabora um memorando dos intermediários utilizados na perfuração, a fim de o fundidor introduzir as matrizes necessárias para a fundição. Retira a fita perfurada para a entregar ao fundidor. Procede às operações de manutenção, limpeza e lubrificação.

Transportador de litografia. — É o trabalhador que prepara as chapas litográficas, com soluções químicas para revelar e fixar os motivos, ou reproduz, sobre as chapas metálicas pré-sensibilizadas, positivos fotográficos destinados à impressão por meios mecânicos automáticos e semiautomáticos. Executa o transporte das matrizes, ou positivos fotográficos, para as chapas de impressão por processos químicos ou por exposição de raios luminosos. Impermeabiliza, fixa e reforça o desenho. Mede, traça e marca referências. Retoca as chapas a pincel para eliminar deficiências.

Trabalhadores de hotelaria

Cafeteiro. — É o trabalhador que prepara café, leite e outras bebidas quentes e frias não exclusivamente alcoólicas, sumos de frutas, sanduíches, torradas e pratos ligeiros de cozinha em estabelecimentos hoteleiros e similares; deita as bebidas em recipientes próprios para serem servidas; dispõe os acompanhamentos, como sejam a manteiga, queijo, compota ou outro doce, em recipientes adequados. Pode empratar as frutas e saladas.

Controlador-caixa. — É o trabalhador cuja actividade consiste na emissão das contas de consumos nas salas de refeições, recebimento das importâncias res-

pectivas, mesmo quando se trata dos processos de pré-pagamento ou venda e recebimento de senhas, elaboração dos mapas de movimento da sala em que preste serviço, e auxilia nos serviços de controle e recepção.

Cozinheiro. — É o trabalhador que prepara, tempera e cozinha os alimentos destinados às refeições; elabora ou contribui para a composição das ementas; recebe os víveres e outros produtos necessários à sua confecção, sendo responsável pela sua conservação; amanha o peixe, prepara os legumes e as carnes e procede à execução das operações culinárias, emprata-os, guarnece-os, e confecciona os doces destinados às refeições, quando não haja pasteleiro; executa ou vela pela limpeza da cozinha e dos utensílios.

Despenseiro. — É o trabalhador que armazena, conserva e distribui géneros alimentícios e outros produtos; recebe os produtos e verifica se coincidem em quantidade e qualidade com os discriminados nas notas de encomenda; arruma-os em câmaras frigoríficas, tulhas, salgadeiras, prateleiras e outros locais apropriados; cuida da sua conservação, protegendo-os convenientemente; fornece, mediante requisição, os produtos que lhe sejam solicitados; mantém actualizados os registos; verifica periodicamente as existências, e informa superiormente das necessidades de aquisição. Pode ter de efectuar a compra de géneros de consumo diário e outras mercadorias ou artigos diversos. Clarifica (por filtragem ou colagem) e engarrafa vinhos de pasto e outros líquidos.

Empregado de balcão. — É o trabalhador que se ocupa do serviço de balcão, servindo directamente as preparações de cafetaria, bebidas e doçarias para consumo local; cobra as respectivas importâncias e observa as regras de controle aplicáveis; colabora nos trabalhos de asseio e higiene e na arrumação da secção; elabora os inventários periódicos das existências da mesma secção.

Empregado de refeitório. — É o trabalhador que executa nos diversos sectores de um refeitório trabalhos relativos ao serviço de refeições; prepara as salas, lavando e dispondo mesas e cadeiras da forma mais conveniente; coloca nos balcões e nas mesas pão, fruta, sumos e outros artigos de consumo; recebe e distribui refeições; levanta tabuleiros das mesas e transporta-os para a copa; lava loiças, recipientes e outros utensílios. Pode proceder a serviços de preparação das refeições, embora não as confeccionando. Executa ainda os serviços de limpeza e asseio dos diversos sectores.

Encarregado de refeitório. — É o trabalhador que organiza, coordena, orienta e vigia os serviços de um refeitório, requisita os géneros, utensílios e quaisquer outros produtos necessários ao normal funcionamento dos serviços; fixa ou colabora no estabelecimento das ementas, tomando em consideração o tipo de trabalhadores a que se destinam e o valor dietético dos alimentos; distribui as tarefas ao pessoal, velando pelo cumprimento das regras de higiene, eficiência e disciplina; verifica a quantidade e qualidade das refeições; elabora mapas explicativos das refeições fornecidas para posterior contabilização. Pode ainda ser encarregado de receber os produtos e verificar se coincidem, em quantidade e qualidade, com os descritos nas requisições.

Analista de informática. — É o trabalhador que concebe e projecta, no âmbito do tratamento automático da informação, os sistemas de aplicação. Define e documenta as fases de processamento, informação a colher e seu tratamento e a forma e periodicidade dos resultados. É o responsável pelos planos e resultados finais dos testes. Pode coordenar os trabalhos das pessoas que executam as tarefas de desenvolvimento da aplicação.

Operador de informática. — É o trabalhador que opera e controla um sistema automático de tratamento da informação. É da sua competência a preparação do equipamento, como montar bandas, discos, carregar cartões, alimentar impressoras, etc.

Operador de recolha de dados de informática. — É o trabalhador que opera e controla exclusivamente uma unidade de recolha de dados, ou ainda aquele que, em idênticas condições, verifica a exactidão dos dados registados pelo anterior. Não é considerado nesta função todo aquele que possa utilizar um terminal como utensílio auxiliar do seu trabalho.

Programador de informática. — É o trabalhador que, a partir das especificações e instruções preparadas pela análise, desenvolve logicamente, codifica, testa e documenta os programas destinados a comandar o tratamento automático da informação.

Técnico de manutenção de informática. — É o trabalhador que instala e mantém os equipamentos que compõem os sistemas de tratamento automático da informação. Dependendo da sua formação técnica e especialização, será técnico de manutenção de: equipamento de recolha de dados ou terminais, minicomputadores ou computadores pequenos, médios ou grandes. Pode fazer a instalação e manutenção do *software* básico do sistema. Pode ter função de formação.

Técnico de sistemas de informática. — É o trabalhador que, em colaboração com o técnico de vendas de informática, assiste na definição de um sistema de tratamento automático da informação e nas diversas fases de venda, pré-instalação, instalação e análise pós-instalação. Pode ter função de formação.

Técnico de vendas de informática. — É o trabalhador que vende produtos ou serviços no âmbito do tratamento automático da informação. A sua actividade será orientada para os aspectos comerciais da venda e compreende o estudo e análise das necessidades do cliente, proposta de soluções, apresentações, análise financeira e justificação económica da solução encontrada. É da sua responsabilidade a coordenação do processo da instalação da solução ou produto vendido e, bem assim, a boa execução de todas as condições contratuais.

Trabalhadores metalúrgicos e metalo-mecânicos

Apointador. — É o trabalhador que procede à recolha, registo, selecção e ou encaminhamento de elementos respeitantes à mão-de-obra, entrada e saída de pessoal, materiais, produtos, ferramentas, máquinas e instalações necessárias a sectores ligados à produção, podendo acessoriamente ajudar na distribuição das remunerações ao pessoal fabril junto dos seus postos de trabalho.

Bate-chapas. — É o trabalhador que procede à execução e reparação de peças em chapa fina, que enforma e desempena por martelagem, usando as ferramentas adequadas.

Canalizador. — É o trabalhador que corta, rosca e solda tubos de chumbo, plástico ou matérias afins e executa canalizações em edifícios, instalações industriais e outros locais.

Mecânico de aparelhos de precisão. — É o trabalhador que executa, repara, transforma e afina aparelhos de precisão ou peças mecânicas de determinados sistemas eléctricos, hidráulicos, mecânicos, pneumáticos, ópticos ou outros.

Mecânico de automóveis. — É o trabalhador que detecta as avarias mecânicas, repara, afina, monta e desmonta os órgãos dos automóveis e outras viaturas e executa outros trabalhos relacionados com esta mecânica.

Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento. — É o trabalhador que monta e repara instalações de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento e a sua aparelhagem de controle. Procede à limpeza, vazio e desidratação das instalações e à sua carga com fluído frigorigénio. Faz o ensaio e ajustamento das instalações após a montagem e afinação da respectiva aparelhagem de protecção e controle.

Orçamentista. — É o trabalhador que, interpretando normas, especificações, elementos fornecidos pelo gabinete de métodos e outro, constrói ou utiliza tabelas ou gamas de fabrico para efectuar cálculos e obter resultados necessários à previsão e ao controle dos custos dos produtos.

Pintor de veículos, máquinas ou móveis. — É o trabalhador que prepara as superfícies das máquinas, velocípedes, com ou sem motor, móveis e veículos ou seus componentes e outros objectos. Aplica as demãos do primário, capa e subcapa e de tinta de esmalte, podendo, quando necessário, afinar as tintas.

Preparador de trabalho. — É o trabalhador que, utilizando elementos técnicos, estuda e estabelece os moldes preparatórios a utilizar na fabricação, tendo em vista o melhor aproveitamento da mão-de-obra, máquinas e materiais, podendo eventualmente atribuir tempos de execução e especificar máquinas e ferramentas.

Serralheiro civil. — É o trabalhador que constrói e ou monta e repara estruturas metálicas, tubos condutores de combustíveis, ar ou vapor, carroçarias de viaturas, andaimes para edifícios, pontes, navios, caldeiras, cofres e outras obras.

Serralheiro mecânico. — É o trabalhador que executa peças, monta, repara e conserva vários tipos de máquinas, motores e outros conjuntos mecânicos, com excepção dos instrumentos de precisão e das instalações eléctricas.

Soldador por electroarco. — É o trabalhador que, pelos processos de soldadura de electroarco ou oxi-acetilénica, liga entre si os elementos ou conjuntos de

peças de natureza metálica. Incluem-se nesta categoria os trabalhadores que em máquinas automáticas ou semiautomáticas procedem à soldadura e ou enchimento. Excluem-se as soldaduras por resistência (pontas, costura e topo a topo).

Torneiro mecânico. — É o trabalhador que, operando um torno mecânico paralelo, vertical, revólver ou de outro tipo, executa todos os trabalhos de torneamento de peças, trabalhando por desenho ou peça modelo. Prepara a máquina e, se necessário, as ferramentas que utiliza.

Trabalhadores técnicos de desenho

Desenhador. — É o trabalhador que, a partir de elementos que lhe sejam fornecidos ou por ele recolhidos (por exemplo, *croquis*), executa as peças desenhadas e escritas até ao pormenor necessário para a sua compatibilidade e execução, utilizando os conhecimentos de materiais, de procedimentos de fabricação e das práticas de construção. Consoante o seu grau de habilitação profissional e a correspondente prática do sector, efectua cálculos suplementares dimensionais, requeridos pela natureza do projecto. Consulta o responsável pelo projecto acerca das modificações que julgar necessárias ou convenientes.

Desenhador projectista. — É o trabalhador que, a partir de um programa dado, verbal ou escrito, concebe anteprojectos de um conjunto ou partes de um conjunto, procedendo ao seu estudo, esboço ou desenho, efectuando os cálculos que, não sendo específicos de engenharia, sejam necessários à sua estruturação e interligação. Observa e indica, se necessário, normas e regulamentos a seguir na execução, assim como os elementos para orçamentos. Colabora, se necessário, na elaboração de cadernos de encargos.

Praticante de desenhador. — É o trabalhador que, sob a orientação de trabalhador mais qualificado, coadjuva os trabalhadores da sala de desenho e executa trabalho simples e operações auxiliares.

Tirocinante (desenhador). — É o trabalhador que, coadjuvando os profissionais dos escalões superiores, faz tirocínio para ingresso nos escalões respectivos.

Trabalhadores de transportes

Ajudante de motorista. — É o trabalhador que acompanha o motorista, vigia e indica as manobras, arruma as mercadorias no veículo, podendo ainda fazer a entrega e cobrança das respectivas mercadorias.

Motorista (pesados ou ligeiros). — É o trabalhador que, possuindo carta de condução profissional, tem a seu cargo a condução de veículos automóveis (ligeiros ou pesados), competindo-lhe ainda zelar pela boa conservação e limpeza do veículo, pela carga que transporta, orientação de carga e descarga e verificação diária dos níveis de óleo e de água.

Trabalhadores de vigilância, portaria, limpeza e similares

Contínuo. — É o trabalhador que executa diversos serviços, tais como: anunciar visitantes, encaminhá-los ou informá-los; fazer recados, estampilhar e entregar

correspondência; executar diversos serviços análogos, tais como entrega de mensagens e objectos inerentes ao serviço interno e distribuição da correspondência aos serviços a que é destinada. Pode ainda executar serviço de reprodução e endereçamento de documentos.

Guarda. — É o trabalhador que assegura a defesa, vigilância e conservação das instalações do escritório e de outros valores que lhe estejam confiados, registando as saídas de mercadorias, veículos e materiais.

Paquete. — É o trabalhador, menor de 18 anos, que presta fundamentalmente os serviços enumerados na definição para os contínuos e serviços no exterior.

Porteiro. — É o trabalhador que atende os visitantes, informa-se das suas pretensões e anuncia-os ou indica-lhes os serviços a que se devem dirigir; vigia e controla entradas e saídas de visitantes, mercadorias e veículos; recebe a correspondência.

Servente de limpeza. — É o trabalhador que limpa e arruma as salas, escritórios, corredores e outras dependências, podendo executar outras tarefas relacionadas com limpeza e arrumações.

ANEXO II

Enquadramento das profissões e categorias profissionais em níveis de remuneração

Nível I:

Director de serviços.
Profissional de engenharia (escalões 4, 5 e 6).

Nível II:

Gerente comercial.
Técnico de sistemas de informática especialista.

Nível III:

Profissional de engenharia (escalão 3).
Técnico de sistemas de informática sénior.
Técnico de vendas de informática sénior.

Nível IV:

Analista de informática sénior.
Chefe de serviços, escritório, departamento ou divisão.
Contabilista.
Profissional de engenharia (escalão 2).
Técnico de sistemas de informática profissional.
Técnico de vendas de informática profissional.

Nível V:

Analista de informática profissional.
Programador de informática sénior.

Nível VI:

Analista de informática assistente.
Chefe de compras.
Chefe de secção.
Chefe de vendas.
Desenhador projectista.
Encarregado.
Guarda-livros.

Profissional de engenharia (escala 1).
Programador de informática profissional.
Técnico de manutenção de informática sénior.
Técnico de sistemas de informática assistente.
Técnico de vendas de informática assistente.
Tesoureiro.

Nível VII:

Caixeiro-encarregado ou caixeiro-chefe de secção.
Chefe de equipa.
Correspondente em línguas estrangeiras.
Encarregado de armazém.
Esteno-dactilógrafo (em línguas estrangeiras).
Inspector de vendas.
Operador de informática sénior.
Preparador de trabalho.
Programador de informática assistente.
Secretário.
Subchefe de secção/escriturário principal.
Técnico de electrónica.
Técnico de manutenção de informática profissional.

Nível VIII:

Analista de informática estagiário.
Caixa.
Escriturário de 1.^a
Operador de informática profissional.
Operador de recolha de dados de informática sénior.
Técnico de manutenção de informática assistente.
Técnico de sistemas de informática estagiário.
Técnico de vendas de informática estagiário.

Nível IX:

Caixeiro de 1.^a
Caixeiro de praça ou praticista.
Caixeiro-viajante.
Compositor manual.
Desenhador (mais de 6 anos).
Electromecânico.
Encarregado de refeitório.
Fiel de armazém.
Impressor.
Impressor de litografia.
Mecânico de aparelhos de precisão.
Mecânico de automóveis.
Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento.
Montador de litografia.
Motorista (pesados).
Operador de máquinas de contabilidade.
Orçamentista.
Promotor de vendas.
Prospector de vendas.
Serralheiro mecânico.
Soldador por electroarco.
Teclista de *monotype*.
Torneiro mecânico.
Transportador de litografia.
Vendedor especializado.

Nível X:

Apontador.
Bate-chapas.
Caixeiro de 2.^a

Canalizador.
Carpinteiro.
Cobrador de 1.^a (1).
Cozinheiro.
Desenhador (de 3 a 6 anos).
Electricista.
Escriturário de 2.^a
Esteno-dactilógrafo (em língua portuguesa).
Fotógrafo-impressor.
Fotógrafo de litografia.
Fotógrafo operador.
Fotógrafo-retocador.
Maquinista.
Motorista (ligeiros).
Oficial (electricista).
Operador de informática assistente.
Operador de recolha de dados de informática profissional.
Operador de *telex* (em línguas estrangeiras).
Pedreiro.
Pintor de veículos, máquinas ou móveis.
Polidor de móveis.
Pré-oficial (electrónica).
Programador de informática estagiário.
Recepcionista de 1.^a (1).
Serralheiro civil.

Nível XI:

Caixa de balcão.
Caixeiro de 3.^a
Cobrador de 2.^a (2).
Conferente.
Controlador-caixa.
Cortador de guilhotina.
Demonstrador.
Desenhador (menos de 3 anos).
Dispenseiro.
Empregado de serviços externos.
Escriturário de 3.^a
Estagiário gráfico do 2.^o ano.
Operador de informática estagiário.
Operador de máquinas de encadernação.
Operador de rebobinadora.
Operador de recolha de dados de informática assistente.
Operador de *telex* (em língua portuguesa).
Pré-oficial (electro-mecânico).
Pré-oficial (metalúrgico) (3).
Recepcionista de 2.^a (2).
Técnico de manutenção de informática estagiário.
Telefonista de 1.^a

Nível XII:

Ajudante (electrónica).
Ajudante de motorista.
Cafeteiro.
Contínuo (maior de 20 anos).
Distribuidor.
Embalador.
Empregado de baleão.
Empregado de refeitório.
Estagiário fotógrafo.
Estagiário gráfico do 1.^o ano.
Guarda.
Operador de máquinas.
Operário especializado.
Porteiro (maior de 20 anos).

Pré-oficial (electricista).
Pré-oficial (metalúrgico) ⁽³⁾.
Servente.
Servente de armazém.
Telefonista de 2.^a

Nível XIII:

Ajudante (electro-mecânico).
Ajudante (metalúrgico) ⁽³⁾.
Auxiliar fotógrafo dos 3.^o e 4.^o anos.
Auxiliar gráfico dos 3.^o e 4.^o anos.
Caixeiro-ajudante do 2.^o ano.
Dactilógrafo do 2.^o ano.
Estagiário do 2.^o ano.
Operador de recolha de dados de informática estagiário.
Praticante do 2.^o ano (construção civil e madeiras).
Servente de limpeza.
Tirocinante (desenhador) do 2.^o ano.

Nível XIV:

Ajudante (electricista).
Ajudante (metalúrgico) ⁽⁴⁾.
Auxiliar fotógrafo dos 1.^o e 2.^o anos.
Auxiliar gráfico dos 1.^o e 2.^o anos.
Caixeiro-ajudante do 1.^o ano.
Contínuo (menor de 20 anos).
Dactilógrafo do 1.^o ano.
Estagiário do 1.^o ano.
Porteiro (menor de 20 anos).
Praticante do 1.^o ano (construção civil e madeiras).
Tirocinante (desenhador) do 1.^o ano.

Nível XV:

Aprendiz (construção civil e madeiras) do 4.^o ano.
Aprendiz (electricidade) do 3.^o ano.
Aprendiz fotógrafo do 4.^o ano.
Aprendiz gráfico do 4.^o ano.
Aprendiz metalúrgico do 3.^o ano.
Paquete de 17 anos.
Praticante de caixeiro ou de armazém de 17 anos.
Praticante de desenhador do 2.^o ano.

Nível XVI:

Aprendiz (construção civil e madeiras) do 3.^o ano.
Aprendiz (electricidade) do 2.^o ano.
Aprendiz fotógrafo do 3.^o ano.
Aprendiz gráfico do 3.^o ano.
Aprendiz metalúrgico do 2.^o ano.
Paquete de 16 anos.
Praticante de caixeiro ou de armazém de 16 anos.
Praticante de desenhador do 1.^o ano.

Nível XVII:

Aprendiz (construção civil e madeiras) dos 1.^o e 2.^o anos.
Aprendiz (electricidade) do 1.^o ano.
Aprendiz fotógrafo dos 1.^o e 2.^o anos.
Aprendiz gráfico dos 1.^o e 2.^o anos.
Aprendiz metalúrgico do 1.^o ano.
Paquete de 15 anos.
Praticante de caixeiro ou de armazém de 15 anos.

⁽¹⁾ Com 3 ou mais anos de serviço.
⁽²⁾ Com menos de 3 anos de serviço.
⁽³⁾ Das profissões do nível IX.
⁽⁴⁾ Das profissões do nível X.

ANEXO III

Tabela de remunerações mínimas

Níveis	Remunerações
I	31 400\$00
II	28 600\$00
III	27 500\$00
IV	25 600\$00
V	24 000\$00
VI	22 400\$00
VII	19 900\$00
VIII	18 700\$00
IX	18 100\$00
X	16 800\$00
XI	15 400\$00
XII	13 400\$00
XIII	11 500\$00
XIV	10 900\$00
XV	8 600\$00
XVI	8 100\$00
XVII	7 600\$00

ANEXO IV

Enquadramento das profissões em níveis de qualificação
(Decreto-Lei n.º 121/78)

1 — Quadros superiores:

Analista de informática.
Contabilista.
Director de serviços.
Profissional de engenharia (escalões 3 a 6).
Técnico de sistemas de informática.

2 — Quadros médios:

2.1 — Técnicos administrativos:

Gerente comercial.
Programador de informática.
Tesoureiro.

2.2 — Técnicos da produção e outros:

Profissional de engenharia (escalões 1 e 2).

3 — Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa:

Caixeiro-encarregado ou caixeiro-chefe de secção.
Chefe de compras.
Chefe de equipa.
Encarregado.
Encarregado de armazém.
Encarregado de refeitório.
Inspector de vendas.

4 — Profissionais altamente qualificados:

4.1 — Administrativos, comércio e outros:

Correspondente em línguas estrangeiras.
Secretário(a).
Subchefe de secção/escriturário principal.

4.2 — Produção.

Desenhador projectista.
Preparador de trabalho.

5 — Profissionais qualificados:

5.1 — Administrativos:

Caixa.
Escriturário.
Esteno-dactilógrafo.
Operador de informática.
Operador de máquinas de contabilidade.
Operador de *telex*.

5.2 — Comércio:

Caixeiro.
Caixeiro de praça ou praticista.
Caixeiro-viajante.
Promotor de vendas.
Prospecor de vendas.
Técnico de vendas de informática.
Vendedor especializado.

5.3 — Produção:

Apontador.
Bate-chapas.
Canalizador.
Carpinteiro.
Compositor manual.
Desenhador.
Electricista.
Electromecânico.
Fiel de armazém.
Fotógrafo-impressor.
Fotógrafo de litografia.
Fotógrafo operador.
Fotógrafo-retocador.
Impressor.
Impressor de litografia.
Maquinista.
Mecânico de aparelhos de precisão.
Mecânico de automóveis.
Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento.
Montador de litografia.
Motorista (pesados ou ligeiros).
Oficial.
Orçamentista.
Pedreiro.
Pintor de veículos, máquinas ou móveis.
Polidor de móveis.
Serralheiro civil.
Serralheiro mecânico.
Soldador por electroarco.
Teclista de *monotype*.
Técnico de electrónica.
Técnico de manutenção de informática.
Torneiro mecânico.
Transportador de litografia.

5.4 — Outros:

Cozinheiro.
Despenseiro.

6 — Profissionais semiquualificados (especializados):

6.1 — Administrativos, comércio e outros:

Cafeteiro.
Caixa de balcão.
Cobrador.
Controlador-caixa.
Dactilógrafo.
Demonstrador.
Distribuidor.
Embalador.
Empregado de balcão.
Empregado de refeitório.
Empregado de serviços externos.
Recepcionista.
Telefonista.

6.2 — Produção:

Ajudante de motorista.
Cortador de guilhotina.
Operador de máquinas.
Operador de máquinas de encadernação.
Operador de rebobinadora.
Operário especializado.

7 — Profissionais não qualificados (indiferenciados):

7.1 — Administrativos, comércio e outros:

Contínuo.
Guarda.
Porteiro.
Servente de armazém.

7.2 — Produção:

Servente.
Servente de limpeza.

A — Estágio e ou aprendizagem:

Ajudante.
Aprendiz.
Caixeiro-ajudante.
Praticante de caixeiro ou de armazém.
Praticante de desenhador.
Pré-oficial.
Tirocinante (desenhador).

Funções enquadráveis em 2 níveis de qualificação

Chefe de secção — 2.1/3.
Chefe de serviço, de escritório, departamento ou divisão — 1/2.1.
Chefe de vendas — 2.1/3.
Conferente — 5.1/6.1.
Guarda-livros — 2.1/4.1.
Operador de recolha de dados de informática — 5.1/6.1.

PORTARIAS DE EXTENSÃO

Aviso para PE do CCT entre a Assoc. dos Industriais de Massas Alimentícias, Bolachas e Chocolates e o Sind Nacional dos Operários Confeiteiros e Ofícios Correlativos do Dist. do Porto

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE do CCT mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 44, de 29 de Novembro de 1980.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado preceito e diploma, tornará a convenção extensiva:

- 1) A todas as entidades patronais do sector económico que, não tendo outorgado a convenção, exerçam a sua actividade na mesma área geográfica e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela referidas;
- 2) Aos trabalhadores, das mesmas profissões e categorias profissionais, ao serviço das entidades patronais outorgantes do CCT, não filiados nos sindicatos signatários.

Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. dos Industriais de Prótese e o Sind. dos Técnicos de Prótese Dentária

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma PE da alteração salarial acordada entre a Associação dos Industriais de Prótese e o Sindicato dos Técnicos de Prótese Dentária, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 3, de 22 de Janeiro de 1982.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado artigo 29.º, tornará a convenção extensiva:

- 1) Às entidades patronais do mesmo sector económico que exerçam a sua actividade na área e âmbito da convenção e não sejam filiadas na associação patronal signatária e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas;
- 2) Aos trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não inscritos na associação sindical outorgante ao serviço de entidades patronais inscritas na associação signatária.

Nos termos do n.º 6 do referido artigo 29.º, os interessados no processo de extensão podem deduzir oposição fundamentada nos 15 dias seguintes ao da publicação deste aviso.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

Acordo de adesão entre a FAPEL — Associação Portuguesa de Fabricantes de Papel e Cartão e o Sind. dos Fogueiros de Mar e Terra do Norte ao CCT entre a FAPEL e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros.

Aos 11 dias do mês de Novembro de 1981 as direcções da Associação Portuguesa de Fabricantes de Papel e Cartão (FAPEL) e do Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra do Norte acordam entre si em aderir ao CCT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 14, de 15 de Abril de 1981, subscrito pela já referida associação patronal e várias associações sindicais.

Porto, 11 de Novembro de 1981.

Pela Associação Portuguesa de Fabricantes de Papel e Cartão (FAPEL):
(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra do Norte:
Eduardo Gomes de Almeida.

Depositado em 8 de Janeiro de 1982, a fl. 168 do livro n.º 2, com o n.º 3/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

ACT para cantinas, refeitórios e fábricas de refeições — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.ª

(Âmbito)

O presente ACT obriga, por um lado, as empresas suas subscritoras e, por outro, todos os trabalhadores ao seu serviço sindicalizados ou representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

(Área)

A área de aplicação da presente convenção define-se pela área territorial da República Portuguesa.

Cláusula 3.ª

(Vigência e revisão da convenção)

1 — Esta convenção colectiva de trabalho, no que respeita à tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, vigora pelo prazo de 12 meses, com início e contados a partir de 1 de Janeiro de 1982, no respeitante ao demais clausulado entrará em vigor a partir da data da respectiva publicação e vigorará pelo prazo de 2 anos.

2 — A denúncia da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária poderá ser feita decorridos 10 meses sobre a data referida no número anterior; a denúncia do clausulado geral poderá ocorrer decorridos 20 meses da respectiva vigência.

3 — A denúncia será obrigatoriamente acompanhada da proposta de revisão.

4 — As contrapartes deverão enviar às partes denunciantes uma contraproposta até 30 dias após a recepção da proposta, relativamente a todas as matérias da proposta que não sejam aceites; porém, haver-se-á como contraproposta a declaração expressa da vontade de negociar.

5 — As partes denunciantes poderão dispôr de 10 dias para examinar a contraproposta.

6 — As negociações iniciar-se-ão, sem qualquer dilacção, no primeiro dia útil após o termo do prazo do número anterior.

7 — Da proposta e contraproposta serão enviadas cópias ao Ministério do Trabalho.

Cláusula 4.ª

(Garantia da anualidade da revisão dos salários)

As partes acordaram, reciprocamente, em garantir que de futuro as revisões dos salários e cláusulas de expressão pecuniária entrarão sempre em vigor no dia 1 de Janeiro de cada ano.

Cláusula 5.ª

(Garantia de aumento mínimo)

A todos os trabalhadores abrangidos por esta convenção é garantido o aumento mínimo constante das

alíneas seguintes, se da tabela salarial lhes resultar um aumento inferior ou não resultar qualquer aumento:

- Aos trabalhadores cuja última alteração/actualização foi feita ou se reportou à data de 1 de Dezembro de 1980, o aumento mínimo garantido é de 17 % sobre a respectiva remuneração pecuniária de base;
- Aos trabalhadores cuja última alteração/actualização foi feita ou se reportou à data posterior a 1 de Dezembro de 1980, o aumento mínimo garantido é de 15 % sobre a respectiva remuneração pecuniária de base;
- Porém, relativamente aos trabalhadores cuja remuneração de base efectiva tenha sido acrescida após 1 de Junho de 1981, o aumento mínimo garantido de 15 % referido na alínea anterior será calculado com base na remuneração recebida em 31 de Maio de 1981.

Cláusula 6.ª

(Subsídio de alimentação)

1 — No caso dos trabalhadores administrativos que prestem serviço fora do local de confecção ou consumo das refeições, a alimentação será substituída por um equivalente pecuniário mensal de 3000\$, salvo se os mesmos, sem infringirem o seu horário de trabalho, preferirem deslocar-se a um estabelecimento da entidade patronal.

2 — As empresas podem satisfazer o valor do subsídio de alimentação referido no número anterior através de senhas diárias de refeição, a utilizar em restaurantes próximos do local de trabalho.

ANEXO I

Tabela de remunerações pecuniárias de base mínimas

Níveis	Categorias	Remunerações
11	Director-geral	40 000\$00
10	Director comercial Director técnico Director de serviços Director de pessoal Chefe de contabilidade Analista de informática Assistente de direcção	32 000\$00
9	Chefe de departamento Chefe de divisão Chefe de serviços Programador de informática Técnico industrial	26 000\$00
8	Inspector Programador mecanográfico Chefe de vendas Guarda-livros Tesoureiro Chefe de secção Secretária de administração Medidor orçamentista-coordenador Desenhador projectista	23 000\$00

Níveis	Categorias	Remunerações
7	Encarregado de refeitório A Chefe de cozinha Chefe de compras/ecónomo Encarregado de armazém Chefe de pasteleiro Escriturário principal Secretária de direcção Correspondente em línguas estrangeiras Inspector de vendas Enfermeiro	20 600\$00
6-A	Encarregado de refeitório B Técnico de vendas Desenhador com 6 ou mais anos ... Operador mecanográfico Medidor orçamentista com 6 ou mais anos Operador de computador Caixa Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras Pasteleiro de 1.ª Escriturário de 1.ª Controlador Cozinheiro de 1.ª	19 500\$00
6-B	Chefe de sala de preparação Oficial electricista Operário polivalente Fiel de armazém Motorista de pesados	18 200\$00
5-A	Subencarregado de refeitório Escriturário de 2.ª Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa Operador de máquinas de contabilidade Pasteleiro de 2.ª Telefonista de 1.ª Cobrador Prospector de vendas Operador de telex Operador de registo de dados Estagiário de operador de computador Desenhador entre 3 e 6 anos Medidor orçamentista entre 3 e 6 anos Motorista de ligeiros	17 800\$00
5-B	Oficial cortador Despenseiro A Cozinheiro de 2.ª Encarregado de balcão Fornheiro Amassador Encarregado de bar	16 000\$00
4-A	Escriturário de 3.ª Telefonista de 2.ª Desenhador até 3 anos Conferente Operador de máquinas auxiliares ... Medidor orçamentista até 3 anos ... Estagiário de operador de máquinas de contabilidade Estagiário de operador mecanográfico	15 800\$00
4-B	Cozinheiro de 3.ª Despenseiro B Chefe de copa Preparador-embalador	14 600\$00

Níveis	Categorias	Remunerações
3	Preparador de cozinha Controlador-caixa Empregado de bar Dactilógrafo do 2.º ano Estagiário de escriturário do 2.º ano Praticante de desenhador do 2.º ano Empregado de armazém Aspirante forneiro Aspirante amassador Manipulador/ajudante de padaria Operador heliográfico do 2.º ano ...	14 100\$00
2	Empregado de distribuição Empregado de refeitório Ajudante de despenseiro Porteiro de serviço Contínuo com 20 ou mais anos ... Praticante de desenhador do 1.º ano Operador heliográfico do 1.º ano Ajudante de motorista Empregado de limpeza Estagiário de escriturário do 1.º ano Dactilógrafo do 1.º ano Estagiário de cozinheiro (1 ano) ... Estagiário de pasteleiro (1 ano) ... Estagiário de bar (1 ano)	13 100\$00
1	Contínuo menor de 20 anos	11 350\$00

Lisboa, 10 de Dezembro de 1981.

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo:

*Américo Nunes.
Inácio António Sobral Astúcio.
Amaro Filipe Rebola.*

Pela GERTAL — Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S. A. R. L.:

(Assinatura ilegível.)

Pela ITAU — Instituto Técnico de Alimentação Humana, L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Pela CARRA — Representações e Empreendimentos Comerciais, S. A. R. L.:

(Assinatura ilegível.)

Pela EUREST — Sociedade Europeia de Restaurantes, S. A. R. L.:

(Assinatura ilegível.)

Pela Sinal Mais — Sociedade Portuguesa Gestora de Restaurantes de Empresa, L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Pela VIPGEST — Concessionária de Gestão de Cantinas L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Pela Sociedade de Exploração de Restaurantes de Empresa, L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Pela TOTALIS — Gestão Técnica de Restaurantes de Empresa, L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Pela SOCIGESTE — Sociedade Gestora de Refeitórios e Cantinas de Empresas, L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Pela QUANTICA — Sociedade Comercial de Representações, L.ª:

(Assinatura ilegível.)

Por Augusto C. Campos:

Augusto Castanheira d'Almeida Campos.

Pela REPLEX — Exploração de Refeitórios, L.ª:

Hordcio Santos Martins.

Pela Socitejo:
(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas:
Inácio António Sobral Astúcio.
Amaro Filipe Rebola.

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços:
Inácio António Sobral Astúcio.
Amaro Filipe Rebola.

Pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários:
Inácio António Sobral Astúcio.
Amaro Filipe Rebola.

Pelo Sindicato dos Técnicos de Desenho:
Inácio António Sobral Astúcio.
Amaro Filipe Rebola.

Depositado em 11 de Janeiro de 1982, a fl. 168 do livro n.º 2, com o n.º 4/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a Assoc. do Norte dos Importadores-Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores das Ind. Química e Farmacêutica —
Alteração salarial e outras**

**Cláusula 1.ª
(Área e âmbito)**

1 — A presente revisão do CCTV/PRT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 19, de 22 de Maio de 1978, e 47, de 22 de Dezembro de 1979, obriga, por um lado, as empresas maioritariamente farmacêuticas inscritas na 1.ª divisão da Associação do Norte dos Importadores-Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos e, por outro lado, os trabalhadores ao serviço daquelas empresas representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos.

2 — O CCT vertical aplica-se, ainda, nas empresas minoritariamente farmacêuticas da 1.ª divisão da Associação acima referida, aos trabalhadores do sector farmacêutico representados pelo STICF.

**Cláusula 1.ª-A
(Vigência e eficácia retroactiva)**

O presente CCTV entra em vigor nos termos legais, produzindo efeitos desde 1 de Janeiro de 1982.

**Cláusula 18.ª-A
(Subsídio de almoço)**

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCTV terão direito a um subsídio de almoço no valor de 50\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado.

2 — O valor deste subsídio não será considerado para o cálculo dos subsídios de Natal e de férias.

3 — Não terão direito ao subsídio previsto no n.º 1 os trabalhadores ao serviço de empresas que forneçam integralmente refeições ou nelas participem com montante não inferior a 50\$.

**ANEXO IV
Remunerações mínimas
Critério diferenciador das tabelas**

1 — As remunerações mínimas garantidas aos trabalhadores abrangidos por este CCTV são as constantes das tabelas anexas.

2 — Para efeitos de aplicação das tabelas referidas no número anterior, as empresas serão enquadradas nos grupos A, B e C, de acordo com os seguintes critérios:

Empresas armazenistas

GRUPO A

Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 120 000 contos e volume de vendas por trabalhador igual ou superior a 3700 contos por ano.

GRUPO B

Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 43 000 contos e inferior a 120 000 contos e volume de vendas por trabalhador igual ou superior a 2600 contos por ano.

Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 120 000 contos e volume de vendas por trabalhador inferior a 3700 contos.

GRUPO C

Empresas com valor de facturação anual global inferior a 43 000 contos.

Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 43 000 contos e inferior a 120 000 contos e volume de vendas por trabalhador inferior a 2600 contos por ano.

Empresas importadoras

GRUPO A

Empresas com valor de facturação anual global igual ou superior a 120 000 contos.

GRUPO B

Empresas com valor de facturação anual global superior a 43 000 contos e inferior a 120 000 contos.

GRUPO C

Empresas com valor de facturação anual global inferior a 43 000 contos.

3 — O valor anual de facturação será o resultante do volume global de vendas respeitante a todos os sectores da empresa, deduzido do valor do imposto de transacções.

4 — O valor de facturação anual global será determinado pela média dos valores de facturação registados nos últimos 3 anos de exercício.

5 — O quociente volume de vendas/número de trabalhadores será determinado através do valor global de facturação do último ano e do número total de trabalhadores da empresa na última semana desse ano.

6 — O enquadramento das empresas nos grupos A, B ou C será corrigido no termo de cada ano de vigência

deste CCTV, de acordo com os critérios previstos nos números anteriores.

7 — Por força da aplicação do número anterior, nenhuma empresa pode baixar do grupo em que anteriormente se encontrava inserida.

8 — Nos casos de empresas com menos de 3 anos de actividade, o valor de facturação será calculado com base nos anos de exercício já apurado. Tratando-se do primeiro ano de actividade, aplicar-se-á a tabela C até determinação da facturação anual.

9 — Por acordo entre entidades patronais e trabalhadores, as empresas incluídas nos grupos B e C poderão ser equiparadas às empresas incluídas nos grupos superiores.

Grupos	Profissões e categorias profissionais	Remunerações mínimas		
		Tabela A	Tabela B	Tabela C
I	Director de serviços	35 100\$00	30 950\$00	27 950\$00
II	Chefe de serviços	30 300\$00	28 350\$00	25 250\$00
III	Analista de sistemas Contabilista Técnico de contas Chefe de secção de produção Chefe de secção de controle analítico	26 850\$00	24 900\$00	21 850\$00
IV	Chefe de secção de escritório Chefe de secção de propaganda médica Chefe de secção de vendas Encarregado geral de armazém Encarregado geral de manutenção Guarda-livros Programador de informática Técnico Tesoureiro Tradutor	25 950\$00	23 550\$00	21 000\$00
V	Caixeiro-encarregado Correspondente em línguas estrangeiras Delegado de propaganda médica Desenhador projectista Desenhador projectista publicitário Encarregado de sector (construção civil) Encarregado de sector (electricista) Encarregado de sector (metalúrgico) Encarregado de sector (manutenção e conservação industrial) ... Enfermeiro-coordenador Fogoeiro-encarregado Preparador técnico encarregado Prospecção de vendas Secretário de direcção Técnico (estagiário) Vendedor especializado	23 300\$00	21 000\$00	18 900\$00
VI	Analista de 1.ª Caixa Delegado de propaganda médica (estagiário) Educadora de infância Encarregado de refeitório de 1.ª Enfermeiro Escriturário de 1.ª Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras Oficial de manutenção e conservação industrial Operador de computador sénior Operador mecanográfico Preparador técnico de 1.ª Técnico de serviço social Vendedor	20 650\$00	18 850\$00	17 200\$00

Grupos	Profissões e categorias profissionais	Remunerações mínimas		
		Tabela A	Tabela B	Tabela C
VII	Afinador de máquinas de 1.ª	18 600\$00	16 700\$00	14 550\$00
	Analista de 2.ª			
	Auxiliar de educação			
	Auxiliar de enfermagem			
	Caixeiro de 1.ª			
	Canalizador de 1.ª			
	Costureira manual (encadernação)			
	Carpinteiro de limpos e/ou de conservação de 1.ª			
	Cobrador			
	Cozinheiro (mais de 3 anos)			
	Desenhador (mais de 3 anos)			
	Desenhador de arte finalista (mais de 3 anos)			
	Despenseiro (mais de 3 anos)			
	Electricista de alta tensão (oficial)			
	Electricista de baixa tensão (oficial)			
	Electricista bobinador (oficial)			
	Encadernador			
	Encarregado de refeitório de 2.ª			
	Escriturário de 2.ª			
	Estucador de 1.ª			
	Foguetiro de 1.ª			
	Litógrafo cortador de guilhotina			
	Litógrafo fotógrafo			
	Litógrafo impressor			
	Litógrafo montador			
	Litógrafo transportador			
	Lubrificador de 1.ª			
	Maçariqueiro de 1.ª			
	Maquinista de força motriz de 1.ª			
	Mecânico de automóveis de 1.ª			
	Motorista de pesados			
	Operador de computador júnior			
	Operador mecanográfico (estagiário)			
	Pedreiro de 1.ª			
	Perfurador-verificador			
	Pintor de 1.ª			
	Pintor de veículos e máquinas de 1.ª			
	Preparador técnico de 2.ª			
	Serralheiro civil de 1.ª			
	Serralheiro mecânico de 1.ª			
	Soldador de 1.ª			
	Tipógrafo compositor			
	Tipógrafo impressor			
	Torneiro mecânico de 1.ª			
VIII	Analista auxiliar	16 850\$00	14 850\$00	12 900\$00
	Analista estagiário			
	Afinador de máquinas de 2.ª			
	Caixeiro de 2.ª			
	Canalizador de 2.ª			
	Carpinteiro de 2.ª (limpos e/ou de conservação)			
	Conferente			
	Cozinheiro (menos de 3 anos)			
	Despenseiro (menos de 3 anos)			
	Desenhador (menos de 3 anos)			
	Desenhador de arte finalista (menos de 3 anos)			
	Electricista de alta tensão (pré-oficial)			
	Electricista de baixa tensão (pré-oficial)			
	Electricista bobinador (pré-oficial)			
	Embalador-encarregado			
	Encarregado de lavadaria			
	Encarregado de serviços auxiliares			
	Escriturário de 3.ª			
	Estucador de 2.ª			
	Foguetiro de 2.ª			
	Lubrificador de 2.ª			
	Maçariqueiro de 2.ª			
	Maquinista de força motriz de 2.ª			
	Mecânico de automóveis de 2.ª			
	Motorista de ligeiros			
	Pedreiro de 2.ª			
	Perfurador-verificador (estagiário)			
	Pintor de 2.ª			
	Pintor de veículos e máquinas de 2.ª			
	Preparador técnico (estagiário)			
	Preparador técnico auxiliar			

Grupos	Profissões e categorias profissionais	Remunerações mínimas		
		Tabela A	Tabela B	Tabela C
VIII	Serralheiro civil de 2.ª Serralheiro mecânico de 2.ª Soldador de 2.ª Torneiro mecânico de 2.ª	16 850\$00	14 850\$00	12 900\$00
IX	Ajudante de motorista Caixeiro de 3.ª Demonstrador Debitador Distribuidor Telefonista	15 150\$00	13 300\$00	12 050\$00
X	Ajudante ou achegador do 3.º ano (fogueiro) Ajudante de cozinha (mais de 1 ano) Auxiliar do 4.º ano ano (gráfico) Cafeteiro (mais de 1 ano) Cartonageiro (mais de 1 ano) Copeiro (mais de 1 ano) Costureira (mais de 1 ano) Dactilógrafo do 3.º ano Embalador de armazém (mais de 1 ano) Embalador de produção (mais de 1 ano) Empregado de balcão (mais de 1 ano) Empregado de refeitório (mais de 1 ano) Engomadeira (mais de 1 ano) Estagiário do 3.º ano (EE) Guarda (mais de 1 ano) Jardineiro (mais de 1 ano) Lavadeira (mais de 1 ano) Operador de máquinas (mais de 1 ano) Vigilante (mais de 1 ano)	14 250\$00	12 850\$00	11 600\$00
XI	Ajudante de cozinha (menos de 1 ano) Ajudante ou achegador do 2.º ano (fogueiro) Auxiliar de laboratório Auxiliar do 3.º ano (gráfico) Cafeteiro (menos de 1 ano) Caixeiro-ajudante do 3.º ano Contínuo (mais de 1 ano) Cartonageiro (menos de 1 ano) Copeiro (menos de 1 ano) Costureira (menos de 1 ano) Dactilógrafo do 2.º ano Embalador de armazém (menos de 1 ano) Embalador de produção (menos de 1 ano) Empregado de balcão (menos de 1 ano) Empregado de refeitório (menos de 1 ano) Engomadeira (menos de 1 ano) Estagiário do 2.º ano (EE) Guarda (menos de 1 ano) Higienizador Jardineiro (menos de 1 ano) Lavadeira (menos de 1 ano) Operador de máquinas (menos de 1 ano) Porteiro (mais de 1 ano) Tirocinante do 2.º ano (TD) Vigilante (menos de 1 ano)	13 350\$00	12 000\$00	11 000\$00
XII	Ajudante ou achegador do 1.º ano (fogueiro) Auxiliar do 2.º ano (gráfico) Caixeiro-ajudante do 2.º ano Contínuo (menos de 1 ano) Dactilógrafo do 1.º ano Estagiário do 1.º ano (EE) Porteiro (menos de 1 ano) Servente de armazém Tirocinante do 1.º ano (TD) Trabalhador de limpeza	12 550\$00	11 150\$00	10 700\$00
XIII	Ajudante do 4.º ano (electricista) Auxiliar do 1.º ano (gráfico) Caixeiro-ajudante do 1.º ano Praticante do 4.º ano (construção civil e metalúrgico)	11 150\$00	9 400\$00	8 600\$00

Grupos	Profissões e categorias profissionais	Remunerações mínimas		
		Tabela A	Tabela B	Tabela C
XIV	Ajudante do 3.º ano (electricista)	10 550\$00	8 800\$00	7 900\$00
	Aprendiz do 4.º ano (gráfico)			
	Praticante caixeiro do 3.º ano			
	Praticante do 3.º ano (construção civil e metalúrgico)			
XV	Ajudante do 2.º ano (electricista)	10 050\$00	8 250\$00	7 400\$00
	Aprendiz do 3.º ano (gráfico)			
	Praticante caixeiro do 2.º ano			
	Paquete (16/17 anos)			
XVI	Praticante do 2.º ano (construção civil e metalúrgico)	9 500\$00	7 700\$00	6 850\$00
	Ajudante do 1.º ano (electricista)			
	Aprendiz do 1.º biénio (gráfico)			
	Paquete (14/15 anos)			
	Praticante caixeiro do 1.º ano			
	Praticante do 1.º ano (construção civil e metalúrgico)			

Nota. — Para efeitos salariais, relativamente aos trabalhadores das profissões que, de acordo com o anexo IV, se exige 1 ano ou mais, conta-se toda a antiguidade que aqueles possuam ao serviço da mesma entidade patronal.

ANEXO V

Enquadramento das profissões em níveis de classificação

(Decreto-Lei n.º 121/78)

1 — Quadros superiores		Analista de sistemas. Chefe de serviços. Contabilista/técnico de contas. Director de serviços.
2 — Quadros médios	2.1 — Técnicos administrativos ...	Chefe de secção de escritório. Tesoureiro.
	2.2 — Técnicos de produção e outros.	Chefe de secção de controle analítico. Chefe de secção de propaganda médica. Chefe de secção de vendas. Encarregado geral de armazém. Encarregado geral de manutenção. Técnico de serviço social.
3 — Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa ...		Caixeiro-encarregado. Encarregado de refeitório. Encarregado de sector (construção civil). Encarregado de sector (electricista). Encarregado de sector (manutenção e conservação industrial). Enfermeiro-coordenador. Foguetiro-encarregado. Preparador técnico encarregado.
4 — Profissionais altamente qualificados.	4.1 — Administrativos, comércio e outros.	Correspondente em línguas estrangeiras. Delegado de propaganda médica. Educadora de infância. Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras. Enfermeiro. Prospector de vendas. Secretário de direcção. Tradutor. Vendedor especializado.
	4.2 — Produção	Analista. Desenhador projectista. Desenhador publicitário. Preparador técnico.

5 — Profissionais qualificados.	5.1 — Administrativos	Caixa. Escriturário. Operador de computador. Operador mecanográfico.
	5.2 — Comércio	Caixeiro. Vendedor.
	5.3 — Produção	Afinador de máquinas. Analista auxiliar. Canalizador. Carpinteiro de limpos e ou conservação. Desenhador. Desenhador de arte finalista. Electricista de alta tensão. Electricista de baixa tensão. Electricista bobinador. Encadernador. Estucador. Foguetiro. Litógrafo cortador de guilhotina. Litógrafo fotógrafo. Litógrafo impressor. Litógrafo montador. Litógrafo transportador. Maçariqueiro. Maquinista de força motriz. Mecânico de automóveis. Oficial de manutenção e conservação industrial. Pedreiro. Pintor (construção civil). Pintor de veículos e máquinas. Preparador técnico auxiliar. Serralheiro civil. Serralheiro mecânico. Soldador. Tipógrafo compositor. Tipógrafo impressor. Torneiro mecânico.
	5.4 — Outros	Cozinheiro. Despenseiro. Encarregado de lavanderia. Mestre(a) de costura/artigos de ortopedia. Motorista (ligeiros e pesados).
6 — Profissionais semiqua- lificados (especiali- zados).	6.1 — Administrativos, comércio e outros.	Ajudante de cozinha. Ajudante de motorista. Cafeteiro. Conferente. Copeiro. Costureira. Costureira manual (encadernação). Dactilógrafo. Distribuidor. Embalador (armazém). Empregado de balcão. Empregado de refeitório. Engomadeira. Higienizador. Jardineiro. Lavadeira. Operador de máquinas { Empilhador. Monta-cargas. Balança ou báscula. Telefonista. Vigilante.
	6.2 — Produção	Auxiliar de laboratório. Embalador (produção). Lubrificador.
7 — Profissionais não qua- lificados (indiferen- ciados).	7.1 — Administrativos, comércio e outros.	Contínuo. Guarda. Porteiro. Servente. Trabalhador de limpeza.

Profissões enquadráveis em 2 níveis

1/2.2	Chefe de secção de produção. Técnico.
2.1/4.1	Guarda-livros. Programador.
5.1/6.1	Cobrador. Debitador. Perfurador-verificador.
5.4/6.1	Costureira/artigos de ortopedia.
5.2/6.1	Demonstrador.
5.4/6.1	Auxiliar de educação. Auxiliar de enfermagem. Embalador-encarregado. Encarregado de serviços auxiliares.

Estágio e aprendizagem

A — Praticantes e aprendizes.	Ajudante (caixeiro). Ajudante (electricista). Aprendiz (gráficos).
-------------------------------	--

A — Praticantes e aprendizes.	Auxiliar (gráficos). Estagiário (analista). Estagiário (delegado de propaganda médica). Estagiário (escriturário). Estagiário (operador mecanográfico). Estagiário (perfurador-verificador). Estagiário (preparador técnico). Estagiário (técnico). Praticante (caixeiro). Praticante (construção civil). Praticante (metalúrgico). Pré-oficial (electricista). Firocinante (desenhador).
-------------------------------	---

Porto, 16 de Dezembro de 1981.

Pela Associação do Norte dos Importadores-Armazenistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos:

Manuel Pereira Louro.

Depositado em 8 de Janeiro de 1982, a fl. 168 do livro n.º 2, com o n.º 5/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT entre a Assoc. Portuguesa das Empresas Industriais de Produtos Químicos e outras e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras

As partes identificadas na cláusula 1.ª acordam entre si em alterar o n.º 2 da cláusula 89.ª-A e o anexo I do CCTV-PRT para as indústrias químicas presente-mente em vigor, nos termos a seguir indicados:

CAPÍTULO I

Âmbito e vigência do contrato

Cláusula 1.ª

(Área e âmbito)

O presente CCTV aplica-se em todo o território nacional e obriga, por uma parte, todas as empresas representadas nas associações patronais seguintes:

- Associação Nacional dos Industriais de Recauchu-tagem de Pneus;
- Associação Portuguesa das Empresas Industriais de Produtos Químicos;
- Associação Portuguesa dos Fabricantes de Tintas e Vernizes;
- Associação Portuguesa dos Industriais de Bor-racha;
- Associação dos Industriais e Exportadores de Pro-dutos Resinosos;

- Associação dos Industriais de Colas, Aprestos e Produtos Afins;
- Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos;
- Associação dos Industriais de Cosmética;
- Associação dos Industriais de Óleos Essenciais;
- Associação dos Industriais de Margarinas e Óleos Vegetais;
- Associação dos Industriais de Sabões, Detergentes e Produtos de Conservação e Limpeza.

e, por outra parte, todos os trabalhadores ao serviço daquelas empresas e filiados nas organizações sindicais outorgantes.

Cláusula 89.ª-A

(Refeitórios, subsídios e alimentação)

2 — Caso não forneçam a refeição, as empresas obrigam-se a comparticipar por cada dia de trabalho e em relação a cada trabalhador ao seu serviço com uma quantia em dinheiro para efeitos de subsídio de alimentação cujo montante será fixado da seguinte forma:

- a) Empresas até 50 trabalhadores 55\$00
- b) Empresas com mais de 50 trabalha-dores 70\$00

ANEXO I
Remunerações mínimas

Grupos salariais	Tabelas		
	A	B	C
I	35 500\$00	33 500\$00	32 500\$00
II	29 900\$00	28 000\$00	26 900\$00
III	25 600\$00	23 700\$00	22 600\$00
IV	23 200\$00	21 300\$00	20 300\$00
V	21 500\$00	19 600\$00	18 500\$00
VI	19 600\$00	17 900\$00	16 700\$00
VII	18 350\$00	16 450\$00	15 300\$00
VIII	17 250\$00	15 350\$00	14 050\$00
IX	16 350\$00	14 450\$00	13 250\$00
X	15 450\$00	13 550\$00	12 550\$00
XI	14 550\$00	12 650\$00	11 550\$00
XII	13 800\$00	11 900\$00	11 000\$00
XIII	12 400\$00	10 500\$00	9 500\$00
XIV	11 600\$00	9 700\$00	8 700\$00
XV	10 600\$00	8 700\$00	8 100\$00
XVI	9 500\$00	7 700\$00	6 600\$00

1 — Para efeitos da aplicação da presente tabela, as entidades patronais são divididas em 3 grupos (A, B e C), assim definidos:

GRUPO A

As empresas com facturação anual igual ou superior a 90 000 contos.

GRUPO B

As empresas com facturação anual igual ou superior a 40 000 contos e inferior a 90 000 contos.

GRUPO C

As empresas com facturação anual inferior a 40 000 contos.

2 — Para efeitos do número anterior, na determinação do valor da facturação anual global em que as empresas se deverão incluir toma-se por base a média dos montantes de facturação registados nos últimos 3 anos respeitante a todos os sectores da empresa.

3 — O valor da facturação será o resultado do volume global da vendas da empresa, deduzido do valor do imposto de transacções por esta cobrado.

4 — Por acordo entre entidades patronais e trabalhadores, as empresas incluídas nos grupos B e C poderão ser equiparadas às empresas incluídas nos grupos superiores.

5 — Por efeito da alteração do valor da facturação anual global prevista no n.º 1, nenhuma empresa poderá baixar, no momento da entrada em vigor da presente tabela, do grupo em que se encontrava inserida.

6 — A presente tabela produz efeitos, sem quaisquer outras repercussões, a partir de 1 de Outubro de 1981.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1981.

Pela Associação dos Industriais de Cosmética:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Margarinas e Óleos Vegetais:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Óleos Essenciais:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Sabões, Detergentes e Produtos de Conservação e Limpeza:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais e Exportadores de Produtos Resinosos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Associação dos Industriais de Colas, Aprestos e Produtos Afins:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Nacional dos Industriais de Recauchutagem de Pneus:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa das Empresas Industriais de Produtos Químicos:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Fabricantes de Tintas e Vernizes:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Borracha:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos:
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços;

STESDIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Setúbal;

SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Portalegre;

Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Funchal;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;

Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;

António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

Henrique Pereira Pinheiro de Castro.

Pelo SINDEC — Sindicato Democrático da Química:

José Casimiro N. Trindade.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Distrito de Coimbra.

Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança.

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e sede da Fesintes, 28 de Dezembro de 1981. — Pelo Secretariado da FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, (Assinatura ilegível.)

Depositado em 8 de Janeiro de 1982, a fl. 168 do livro n.º 2, com o n.º 6/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

**CCT entre a Assoc. dos Industriais de Prótese
e o Sind. dos Técnicos de Prótese Dentária — Alteração salarial**

Cláusula 1.^a

(Área e âmbito)

1 — A presente convenção destina-se a rever o CCT para a indústria de prótese dentária, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 8, de 28 de Fevereiro de 1978, e já alterado pelas convenções publicadas nos *Boletins do Trabalho e Emprego*, n.º 36, de 29 de Setembro de 1979, e n.º 44, de 29 de Novembro de 1980.

2 — Esta convenção aplica-se em todo o território nacional e obriga, por uma parte, todas as entidades patronais integradas no âmbito da Associação dos Industriais de Prótese e, por outra parte, todos os trabalhadores integrados no âmbito de representação do Sindicato dos Técnicos de Prótese Dentária.

3 — A revisão referida no n.º 1 apenas altera as matérias do CCT constantes das cláusulas e anexo seguintes da presente convenção.

Cláusula 2.^a

(Vigência)

A presente convenção vigorará nos termos legais, a tabela de retribuições mínimas e as cláusulas relativas ao subsídio de alimentação e ao acréscimo mínimo de retribuição produzirão efeitos desde 15 de Dezembro de 1981, sem quaisquer outros reflexos, excepto no que respeita ao 13.º mês de 1981, que será pago de acordo com a nova tabela de retribuições mínimas.

Cláusula 3.^a

(Subsídio de alimentação)

É fixado em 100\$ diários o quantitativo do subsídio de alimentação.

Cláusula 4.^a

(Acréscimo mínimo da retribuição)

Os trabalhadores que, por efeito da aplicação da nova tabela constante do anexo I, não sejam benefi-

ciados com um acréscimo salarial de, pelo menos, 1000\$ relativamente à sua retribuição efectiva, terão direito a um acréscimo igual ao quantitativo necessário para perfazer os 1000\$.

ANEXO I

Retribuições certas mínimas

As remunerações mínimas garantidas aos trabalhadores abrangidos por este contrato são as constantes da tabela seguinte:

Técnico coordenador	27 000\$00
Técnico de prótese dentária	25 000\$00
Técnico de especialidade acrílico ...	21 500\$00
Técnico na especialidade cromo-co- balto	21 500\$00
Técnico na especialidade ouro	21 500\$00
Ajudante de prótese dentária:	
Mais de 4 anos	17 500\$00
De 2 a 4 anos	14 500\$00
Até 2 anos	12 500\$00
Estagiário	10 000\$00
Aprendiz de prótese dentária:	
4.º ano	9 000\$00
3.º ano	7 500\$00
2.º ano	6 500\$00
1.º ano	6 000\$00

Lisboa, 30 de Novembro de 1981.

Pela Associação dos Industriais de Prótese:
(Assinatura ilegível.)
Orlando Augusto Lopes.

Pelo Sindicato dos Técnicos de Prótese Dentária:
(Assinaturas ilegíveis.)

Depositado em 13 de Janeiro de 1982, a fl. 169 do livro n.º 2, com o n.º 7/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

AE entre o Teatro de S. Carlos, E. P., e a Feder. dos Sind. do Sector dos Espectáculos

CAPÍTULO I

Área, âmbito e vigência

Cláusula 1.^a

(Área e âmbito)

O presente acordo vertical de empresa obriga, por um lado, o Teatro Nacional de S. Carlos, E. P., e, por outro lado, todo o pessoal ao seu serviço repre-

sentado pelas associações sindicais outorgantes, qualquer que seja o seu local de trabalho.

Cláusula 2.^a

(Vigência)

1 — O presente acordo vertical de empresa entrará em vigor 5 dias após a sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

2 — O presente acordo vigorará pelos prazos mínimos legais.

3 — A denúncia do acordo far-se-á por carta registada com aviso de recepção, dirigida à outra parte até ao termo do prazo da sua vigência, acompanhada da proposta escrita das cláusulas que se pretendam rever.

4 — O acordo manter-se-á em vigor até ser substituído por novo instrumento de regulamentação de trabalho.

CAPÍTULO II

Categorias profissionais, quadros e admissões

Cláusula 3.^a

(Categorias profissionais)

1 — As categorias profissionais abrangidas por este acordo são as constantes do respectivo anexo.

2 — A empresa obriga-se a estudar a possibilidade da existência de um quadro de pessoal.

Cláusula 4.^a

(Carteira profissional)

A empresa não poderá ter ao seu serviço trabalhadores não habilitados com a respectiva carteira profissional, desde que o exercício da sua actividade seja condicionado à posse da mesma.

Cláusula 5.^a

(Admissão na empresa)

1 — A admissão e o preenchimento de vagas na orquestra e no grupo de cantores da empresa serão feitos por concurso público, salvo em casos especiais, após audição dos representantes dos trabalhadores.

2 — O trabalhador admitido como estagiário tem direito a fazer concurso para passagem a efectivo após 1 ano de estágio.

3 — A constituição e o funcionamento dos júris de concurso, dos quais farão obrigatoriamente parte representantes dos trabalhadores, serão objecto de regulamento interno.

Cláusula 6.^a

(Período experimental)

1 — O período experimental dos trabalhadores abrangidos por este acordo é de 15 dias, sem prejuízo do estabelecido nos números seguintes.

2 — É admitida a renúncia ou fixação de período inferior, desde que conste de documento assinado pelas partes.

3 — A admissão de trabalhadores para o preenchimento de vagas na orquestra e para o coro e grupo de cantores é condicionada a um período experimental de 1 ano.

4 — Findo o período experimental, a admissão torna-se efectiva, contando-se a antiguidade do trabalhador desde a data de admissão a título experimental.

Cláusula 7.^a

(Contratos a prazo)

1 — A empresa pode admitir trabalhadores a prazo, nos termos previstos na respectiva legislação.

2 — Poderão celebrar-se contratos por prazo inferior a 6 meses quando se verifique a natureza transitória do trabalho a prestar.

3 — O contrato caduca no termo do prazo acordado desde que a empresa comunique ao trabalhador, até 8 dias antes de o prazo expirar, por forma escrita, a vontade de não o renovar.

4 — A caducidade do contrato não confere direito a qualquer indemnização.

5 — O contrato de trabalho a prazo está sujeito a forma escrita, contendo obrigatoriamente as seguintes indicações: identificação dos contraentes, categoria profissional e remuneração do trabalhador, local da prestação do trabalho, data do início e prazo do contrato.

6 — O contrato de trabalho a prazo apenas poderá ser sucessivamente renovado até ao máximo de 3 anos, nas mesmas funções e regime de trabalho, passando a ser considerado depois daquele limite como contrato sem prazo e contando-se a antiguidade desde a data do início do primeiro contrato.

7 — Nos casos previstos no n.º 2 desta cláusula deverá constar igualmente a indicação, tão precisa quanto possível, do serviço a que a prestação do trabalho se destina.

8 — Os contratos a prazo celebrados para um número determinado de espectáculos caducam uma vez realizados os espectáculos para que o trabalhador foi contratado.

Cláusula 8.^a

(Forma do contrato)

Os contratos de trabalho celebrados com artistas nacionais e estrangeiros residentes em Portugal serão reduzidos a escrito e enviados ao sindicato para confirmação do número e validade da respectiva carteira profissional.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres das partes

Cláusula 9.^a

(Deveres da empresa)

Além das demais obrigações decorrentes da lei e do presente acordo, a empresa deve:

- a) Pagar pontualmente aos seus trabalhadores uma retribuição justa e adequada ao seu trabalho;

- b) Passar atestado de comportamento e competência profissional aos seus trabalhadores, quando por estes solicitado;
- c) Reconhecer as deliberações emanadas dos órgãos representativos dos trabalhadores em matéria da sua competência que lhes for conferida por lei ou resultar de acordo;
- d) Tratar com urbanidade os trabalhadores e respeitá-los em todas as circunstâncias;
- e) Não exigir dos trabalhadores o exercício de funções substancialmente incompatíveis com a sua categoria profissional;
- f) Contribuir para a elevação do nível artístico e de produtividade dos seus trabalhadores, nomeadamente procurando criar e fomentar cursos de formação e aperfeiçoamento profissional e facultar na medida do possível a frequência de outros cursos de reconhecida utilidade ou valorização para a função que desempenham na empresa;
- g) Instalar os trabalhadores em boas condições de salubridade e de higiene, especialmente no que respeita à ventilação das salas de trabalho, sua iluminação, temperatura, ambiente e cubagem em relação ao número de trabalhadores;
- h) Enviar aos sindicatos em numerário, cheque ou vale do correio, até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que respeita, o produto das quotizações, acompanhado dos respectivos mapas, dos trabalhadores que para tal dêem o seu acordo, nos termos da lei;
- i) Facultar aos músicos salas para estudo, na medida das disponibilidades da empresa;
- j) Garantir o funcionamento das cordas, palhetas e todo o material e serviços necessários à manutenção e reparação dos instrumentos.

Cláusula 10.^a

(Deveres dos trabalhadores)

Além das demais obrigações decorrentes da lei e do presente acordo, os trabalhadores devem:

- a) Comparecer ao trabalho com assiduidade e pontualidade e prestá-lo com zelo e diligência;
- b) Tratar com urbanidade os superiores hierárquicos, os companheiros de trabalho, o público em geral e todas as entidades públicas ou privadas que tenham relação com a empresa;
- c) Acompanhar com todo o interesse a aprendizagem dos que ingressam na profissão ou iniciam funções, prestando-lhes em matéria de serviço os conselhos e ensinamentos de que necessitem;
- d) Zelar pela conservação e boa utilização dos instrumentos relacionados com o trabalho;
- e) Informar com verdade, isenção e espírito de justiça sobre todos os trabalhadores;
- f) Obedecer à empresa em tudo o que respeita à execução e disciplina do trabalho, salvo na medida em que as ordens e instruções daquela se mostrem contrárias aos seus direitos e garantias;

- g) Não se servir dos meios ou instrumentos postos ao seu dispor pela empresa nem do tempo do seu exercício de trabalho para produzir ou criar trabalhos destinados a uso ou proveito próprios ou para entidades estranhas à empresa, salvo se autorizados para tal;
- h) Não se opor, no exercício das suas funções e sem prejuízo dos seus direitos, por nenhuma forma, a que a empresa exerça as atribuições que lhe são cometidas por lei;
- i) Promover e executar todos os actos tendentes à melhoria da prestação de serviços da empresa;
- j) Não divulgar segredos do serviço ou factos relativos às matérias da empresa sujeitas a confidencialidade.

Cláusula 11.^a

(Garantias dos trabalhadores)

1 — É proibido à empresa:

- a) Opor-se, por qualquer forma, a que os trabalhadores exerçam os seus direitos, bem como despedi-los ou aplicar-lhes sanções por causa desse exercício;
- b) Exercer pressão sobre os trabalhadores para que actuem no sentido de influírem desfavoravelmente nas condições de trabalho deles ou dos companheiros;
- c) Diminuir a retribuição dos trabalhadores;
- d) Mudar a categoria do trabalhador, desde que tal acarrete a este prejuízo manifesto, ou baixá-la, seja qual for o motivo invocado;
- e) Obrigar os trabalhadores a adquirirem bens ou a utilizarem serviços fornecidos pela empresa ou por pessoa por ela indicada;
- f) Explorar, com fins lucrativos, quaisquer cantinas, refeitórios, bares, economatos ou outros estabelecimentos directamente relacionados com o trabalho para fornecimento de bens ou prestação de serviços aos trabalhadores.

2 — A prática pela empresa de qualquer acto em contravenção do disposto nesta cláusula considera-se violação do contrato de trabalho e dá ao trabalhador a faculdade de o rescindir, com direito às indemnizações previstas por lei.

Cláusula 12.^a

(Comissão de interpretação e integração de lacunas)

Quando surjam dúvidas de interpretação de cláusulas do presente acordo ou de integração de lacunas do mesmo entre as partes outorgantes, o diferendo será resolvido através de deliberação unânime de uma comissão composta de 3 representantes da empresa e 3 representantes dos sindicatos outorgantes, sem prejuízo da legislação aplicável às empresas públicas.

CAPÍTULO IV

Exercício da actividade sindical na empresa

Cláusula 13.^a

(Exercício da actividade sindical)

Os trabalhadores e os sindicatos outorgantes têm direito a desenvolverem actividade sindical na empresa, nos termos previstos na lei e no presente acordo.

Cláusula 14.^a

(Comunicação à empresa)

1 — As associações sindicais comunicarão à empresa a identificação dos dirigentes sindicais e dos delegados sindicais, bem como daqueles que fazem parte de comissões sindicais e intersindicais de delegados, por meio de carta registada com aviso de recepção, de que será afixada cópia nos locais reservados às informações sindicais.

2 — O mesmo procedimento deverá ser observado em caso de substituição ou cessação de funções.

Cláusula 15.^a

(Delegados sindicais e comissões sindicais e intersindicais)

1 — Os delegados sindicais serão eleitos e destituídos nos termos dos estatutos dos respectivos sindicatos, em escrutínio directo e secreto.

2 — A comissão sindical é constituída pelos delegados sindicais do mesmo sindicato.

3 — A comissão intersindical é constituída pelos delegados de sindicatos representativos de trabalhadores da empresa.

4 — Os órgãos representativos dos trabalhadores podem zelar pelo cumprimento da regulamentação do trabalho, podendo para o efeito e no exercício das suas funções circular nas instalações da empresa dentro do horário de trabalho desta, desde que não provoquem interrupção ou perturbação no funcionamento normal da empresa.

Cláusula 16.^a

(Garantia dos trabalhadores com funções sindicais)

1 — Os dirigentes sindicais dispõem para o exercício das suas funções de um crédito de 4 dias por mês.

2 — Os delegados sindicais dispõem para o exercício das suas funções de um crédito mensal de 5 ou 8 horas, consoante pertençam respectivamente à comissão sindical ou à comissão intersindical, cabendo ao respectivo sindicato comunicar à empresa a identidade dos que beneficiam.

3 — O número de delegados sindicais a quem é atribuído o crédito de horas referido no número anterior é determinado nos termos da lei.

4 — As faltas previstas nos números anteriores serão pagas, contando para todos os efeitos como tempo efectivo de serviço.

5 — Para o exercício dos direitos conferidos pelos números anteriores, deve a empresa ser avisada, por escrito, com pelo menos 24 horas de antecedência, ou, tratando-se de dirigentes sindicais e em caso de impossibilidade, nas 48 horas imediatas ao primeiro dia em que faltaram.

Cláusula 17.^a

(Condições para o exercício do direito sindical)

1 — A empresa é obrigada a pôr à disposição dos delegados sindicais, desde que estes lho requeiram, a título permanente, uma sala situada no interior da empresa ou na sua proximidade, que seja apropriada ao exercício das suas funções.

2 — A localização da sala referida no número anterior será determinada pela empresa, tendo em conta os interesses e as disponibilidades da empresa, após consulta aos delegados sindicais.

3 — A comissão intersindical, comissão sindical e os delegados sindicais têm o direito de afixar, no interior da empresa, em locais apropriados e reservados para o efeito, textos, comunicações e informações relacionados com os interesses sócio-profissionais dos trabalhadores.

Cláusula 18.^a

(Reuniões das comissões sindicais, intersindicais ou delegados sindicais)

1 — As comissões intersindical, sindical e os delegados sindicais têm direito a serem recebidos pelo conselho de gerência ou seu representante, dentro do horário normal de trabalho e sem perda de retribuição; em caso de urgência, poderão tais reuniões ter lugar fora das horas de serviço, sem direito ao pagamento de qualquer remuneração suplementar.

2 — Para cada reunião referida no número anterior as partes interessadas terão conhecimento prévio da agenda a tratar.

Cláusula 19.^a

(Assembleia ou plenário de trabalhadores)

1 — Os trabalhadores têm direito a reunir-se em assembleia durante o horário normal de trabalho, até um período de quinze horas por ano, que contarão para todos os efeitos como tempo de serviço efectivo, desde que assegurem o funcionamento dos serviços de natureza urgente.

2 — As reuniões referidas no número anterior só podem ser convocadas pelas comissões intersindical ou sindical ou ainda por um terço ou 50 dos trabalhadores da empresa.

3 — Fora do horário normal de trabalho podem os trabalhadores reunir-se em assembleia nos locais de trabalho, mediante convocação da comissão sindical ou intersindical ou ainda por um terço ou 50 dos

trabalhadores, sem prejuízo da continuidade dos serviços nem das normas de segurança em vigor na empresa.

4 — Os promotores das reuniões referidas nos números anteriores são obrigados a comunicar à empresa e aos trabalhadores, com a antecedência mínima de 1 dia, a data e a hora em que pretendem que elas se efectuem, devendo afixar as respectivas convocatórias.

5 — Os dirigentes das associações sindicais respectivas que não trabalhem na empresa podem participar nas reuniões, mediante comunicação dirigida à empresa com a antecedência mínima de 6 horas.

Cláusula 20.^a

(Casos omissos)

Os casos não expressamente previstos no presente capítulo são regulados pelas disposições legais em vigor.

CAPÍTULO V

Categorias, promoção e acesso profissional

Cláusula 21.^a

(Designação de categorias e definição de funções)

1 — Os trabalhadores abrangidos por este acordo serão classificados de harmonia com as suas funções, nas profissões e categorias profissionais constantes do respectivo anexo.

2 — A empresa não poderá adoptar para os trabalhadores que exerçam as funções definidas no respectivo anexo designações diferentes das aí estabelecidas.

Cláusula 22.^a

(Criação de novas categorias)

1 — A criação de novas categorias e a definição das respectivas funções serão feitas, a pedido de qualquer das partes, por acordo entre a empresa e as associações sindicais outorgantes.

2 — Na criação de novas categorias profissionais deve atender-se à natureza ou exigência das funções prestadas, ao grau de responsabilidade e à hierarquia das funções efectivamente desempenhadas pelos trabalhadores dentro da empresa.

3 — O texto com a definição de funções e condições de trabalho da nova categoria constitui parte integrante do presente acordo, sendo como tal depositado e publicado.

Cláusula 23.^a

(Quadros de pessoal)

A empresa obriga-se a organizar e a remeter às entidades referidas na respectiva legislação um mapa de pessoal ao seu serviço, preenchido com os requisitos legalmente exigíveis.

Cláusula 24.^a

(Promoções)

1 — Considera-se promoção o acesso do trabalhador a um grupo ou categoria superior dentro da mesma profissão.

2 — As promoções competem à empresa, mediante proposta da respectiva hierarquia precedida de audição dos trabalhadores do respectivo sector específico.

3 — As promoções a lugares de chefia são da exclusiva competência do conselho de gerência, que poderá ouvir os trabalhadores que irão ficar sob a orientação do proposto.

4 — As promoções observarão a seguinte ordem de preferências:

- a) Competência e zelo profissionais;
- b) Melhores habilitações profissionais;
- c) Assiduidade;
- d) Melhores habilitações literárias.

5 — Em igualdade de circunstâncias, será dada preferência aos trabalhadores com mais antiguidade no desempenho da profissão na empresa.

6 — Em caso de promoção, o trabalhador será colocado na nova categoria a título experimental durante um período que não poderá exceder 60 dias, para funções não de chefia, e 180 dias, para funções de chefia, findo o qual será confirmada a promoção, salvo decisão expressa em contrário antes de terminado o prazo.

7 — As promoções a lugares de chefia terão carácter de interinidade durante 6 meses, durante os quais se procurará aquilatar da adaptação do trabalhador ao novo cargo.

Cláusula 25.^a

(Bolsas de estudo)

1 — A empresa poderá conceder bolsas de estudo aos seus trabalhadores.

2 — A aceitação das bolsas de estudo concedidas pela empresa é facultativa para o trabalhador, excepto quando o curso ou estágio tenha interesse relevante para a função que o trabalhador desempenha, caso em que a empresa poderá determinar que a frequência seja obrigatória; idêntico critério se aplica a quaisquer cursos ou estágios promovidos pela empresa, desde que tenham carácter formativo e não selectivo.

3 — A aceitação de bolsas de estudo por parte dos trabalhadores é sempre facultativa quando se refira a cursos ou estágios no estrangeiro.

4 — Os bolseiros abrangidos pelos números anteriores terão direito, no caso de o curso ou estágio decorrer fora da área da sua residência, ao pagamento das despesas de transporte e de ajudas de custo, ou, por opção da própria empresa, ao pagamento do alojamento e da alimentação.

5 — A todos os bolsheiros será garantido o pagamento integral da remuneração e outras regalias e subsídios durante o período em que vigorar a bolsa, contando-se este, para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo.

CAPÍTULO VI

Prestação do trabalho

Cláusula 26.^a

(Período normal de trabalho)

O período normal de trabalho é de 5 dias semanais, sendo:

- De 30 horas semanais para a orquestra e cantores principais;
- De 36 horas semanais para os cantores solistas e coralistas a tempo inteiro;
- De 15 horas semanais para os coralistas a tempo parcial;
- De 36 horas semanais para o pessoal administrativo;
- De 44 horas semanais para os restantes trabalhadores.

Cláusula 27.^a

(Horário de trabalho)

O horário de trabalho será fixado nos termos que forem definidos em regulamento interno elaborado pelo conselho de gerência, ouvidos os órgãos representativos dos trabalhadores da empresa.

Cláusula 28.^a

(Regulamento interno — Bases gerais)

1 — O regulamento previsto na cláusula anterior observará as seguintes bases gerais:

- a) O período normal de trabalho diário do pessoal técnico e administrativo será estabelecido no respectivo mapa de horário de trabalho;
- b) O período normal de trabalho diário dos restantes trabalhadores será estabelecido na respectiva tabela, afixada pelo menos com uma semana de antecedência, podendo, todavia, ser alterado com 48 horas de antecedência mínima;
- c) O período normal de trabalho diário será interrompido por um intervalo de descanso não inferior a uma hora;
- d) Para o cômputo do período normal de trabalho semanal contar-se-á com a duração dos ensaios, bem como dos espectáculos e respectivos intervalos, salvo se aos ensaios gerais e espectáculos corresponder qualquer remuneração especificamente prevista;
- e) Em digressão, as horas de deslocação que, somadas aos tempos de trabalho efectivo, excedam o período normal de trabalho diário serão pagas como horas de trabalho normal.

2 — O regulamento previsto na cláusula anterior conterá ainda disposições referentes aos intervalos de descanso da orquestra, à duração dos ensaios e respectivos períodos de descanso e à duração dos intervalos de descanso durante os espectáculos.

Cláusula 29.^a

(Trabalho extraordinário)

1 — Considera-se trabalho extraordinário o prestado para além do período normal de trabalho diário ou semanal.

2 — O trabalho extraordinário dá direito a remuneração especial, que será igual à retribuição normal acrescida de:

- 75 % se for prestado antes das 24 horas;
- 125 % se for prestado depois das 24 horas.

3 — Para cálculo da retribuição horária utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$\text{Retribuição horária} = \frac{RM \times 12}{52 \times PNTS}$$

sendo:

RM = remuneração mensal;

PNTS = período normal de trabalho semanal.

4 — Desde que não haja coincidência entre o termo do trabalho extraordinário e os horários de funcionamento de transportes colectivos, a empresa obriga-se a custear as despesas de transporte até à residência habitual do trabalhador, salvo se a própria empresa assegurar esse transporte.

5 — Não é considerado para nenhuns efeitos trabalho extraordinário todo aquele a que corresponda qualquer remuneração especial ou especificadamente prevista.

6 — Considera-se para todos os efeitos como trabalho extraordinário o número de horas de trabalho prestadas a partir das 0 horas do dia de descanso semanal ou feriado, em prolongamento da prestação de trabalho do dia anterior.

Cláusula 30.^a

(Descanso semanal)

1 — Os trabalhadores têm direito a um dia de descanso semanal obrigatório que terá de coincidir com o sábado ou o domingo.

2 — Os trabalhadores têm direito a 1 dia de descanso semanal complementar, o qual será móvel, mas sempre sem prejuízo da prestação de trabalho em dias de espectáculo ou ensaios gerais, não havendo nestes casos direito a qualquer retribuição especial.

3 — Nos casos previstos na última parte do número anterior os trabalhadores terão direito a gozar o dia de descanso complementar dentro do respectivo ano civil.

4 — Todo o pessoal que tenha o período de trabalho de 44 horas semanais, e para completar esse período, quando haja estrita necessidade de serviço, trabalhará no dia de descanso complementar sem direito a qualquer remuneração especial, só podendo tal trabalho ser exigido no período das 9 às 18 horas.

Cláusula 31.^a

(Prêmio de alimentação extra)

1 — Quando o intervalo entre o termo de trabalho extraordinário e o início de novo período de trabalho extraordinário ou especialmente remunerado for inferior a 2 horas e 30 minutos, o trabalhador terá direito a um prêmio de alimentação extra no valor de 150\$, mediante apresentação de factura.

2 — Sempre que o trabalhador seja chamado a prestar serviço em dia de descanso semanal obrigatório ou feriado obrigatório terá direito a um prêmio de alimentação no valor de 150\$, desde que o trabalho atinja as horas normais das refeições, mediante apresentação de factura.

Cláusula 32.^a

(Trabalho em dia de descanso)

O trabalho prestado no dia de descanso semanal obrigatório ou feriado obrigatório será pago com uma retribuição equivalente a 2 dias de trabalho normal, sem prejuízo da retribuição mensal normal a que o trabalhador tiver direito, além de ter ainda direito a gozar 1 dia de descanso nos 3 dias subsequentes.

Cláusula 33.^a

(Feriados)

1 — Para efeitos deste acordo consideram-se feriados obrigatórios os seguintes:

1 de Janeiro;
Sexta-Feira Santa;
25 de Abril;
1 de Maio;
Corpo de Deus;
10 de Junho;
15 de Agosto;
5 de Outubro;
1 de Novembro;
1 de Dezembro;
8 de Dezembro;
25 de Dezembro.

2 — O feriado de Sexta-Feira Santa poderá ser observado em outro dia com significado local no período da Páscoa.

3 — Além dos feriados obrigatórios, será observado o feriado municipal da localidade e a terça-feira de Carnaval.

4 — Os trabalhadores indispensáveis ao funcionamento regular da empresa não podem recusar-se a trabalhar nos feriados, salvo em casos de força maior devidamente comprovada.

Cláusula 34.^a

(Período de férias)

1 — Os trabalhadores têm direito a um período de férias remuneradas em cada ano civil.

2 — O período de férias dos trabalhadores abrangidos por este acordo é de 30 dias.

3 — Os trabalhadores contratados a prazo inferior a 1 ano têm direito a um período de férias equivalente a 2 dias e meio por cada mês completo de serviço.

Cláusula 35.^a

(Aquisição do direito a férias)

1 — O direito a férias adquire-se com a celebração do contrato de trabalho e vence-se no dia 1 de Janeiro de cada ano civil, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Quando o início do exercício de funções por força de contrato de trabalho ocorra no 1.º semestre do ano civil, o trabalhador terá direito, após o decurso do período experimental, a um período de férias de 10 dias consecutivos.

Cláusula 36.^a

(Retribuição durante as férias)

1 — A retribuição correspondente ao período de férias não pode ser inferior à que o trabalhador receberia se estivesse ao serviço efectivo e deve ser paga antes do início daquele período.

2 — Além da retribuição mencionada no número anterior, os trabalhadores têm direito a um subsídio de férias de montante igual ao dessa retribuição.

Cláusula 37.^a

(Cumulação de férias)

1 — As férias devem ser gozadas no decurso do ano civil em que se vencem, não sendo permitido acumular no mesmo ano férias de 2 ou mais anos.

2 — Não se aplica o disposto no número anterior, podendo as férias ser gozadas no 1.º trimestre do ano civil imediato, em acumulação ou não com as férias vencidas neste, quando a aplicação da regra aí estabelecida causar grave prejuízo à empresa ou ao trabalhador e desde que, no primeiro caso, este dê o seu acordo.

3 — Os trabalhadores poderão ainda acumular no mesmo ano metade do período de férias vencido no ano anterior com o desse ano, mediante acordo com a empresa.

Cláusula 38.^a

(Marcação do período de férias)

1 — A marcação do período de férias deve ser feita por mútuo acordo entre a empresa e o trabalhador.

2 — Na falta de acordo, caberá à empresa a elaboração do mapa de férias, ouvindo para o efeito a comissão de trabalhadores, ou a comissão sindical ou intersindical, ou os delegados sindicais, pela ordem indicada.

3 — No caso previsto no número anterior, a empresa só poderá marcar o período de férias entre 1 de Maio e 31 de Outubro.

4 — As férias poderão ser marcadas para serem gozadas em 2 períodos interpolados.

5 — O mapa de férias definitivo deverá estar elaborado e afixado nos locais de trabalho até ao dia 15 de Abril de cada ano.

Cláusula 39.^a

(Alteração da marcação do período de férias)

1 — Se, depois de marcado o período de férias, exigências imperiosas do funcionamento da empresa determinarem o adiamento ou a interrupção das férias já iniciadas, o trabalhador tem direito a ser indemnizado pela empresa dos prejuízos que comprovadamente haja sofrido na pressuposição de que gozaria integralmente as férias na época fixada.

2 — A interrupção das férias não pode prejudicar o gozo seguido de metade do período a que o trabalhador tenha direito.

3 — Haverá lugar a alteração do período de férias sempre que o trabalhador, na data prevista para o seu início, esteja temporariamente impedido por facto que lhe não seja imputável.

Cláusula 40.^a

(Exercício de outra actividade durante as férias)

1 — O trabalhador não pode exercer durante as férias qualquer outra actividade remunerada, salvo se já a viesse exercendo cumulativamente ou a empresa o autorizar a isso.

2 — A contravenção do disposto no número anterior, sem prejuízo da eventual responsabilidade do trabalhador para efeito disciplinar, dá à empresa o direito de reaver a retribuição correspondente às férias e respectivo subsídio.

Cláusula 41.^a

(Efeitos da cessação do contrato de trabalho)

1 — Cessando o contrato de trabalho por qualquer forma, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente a um período de férias proporcional ao tempo de serviço prestado no ano da cessação, bem como o respectivo subsídio.

2 — Se o contrato cessar antes de gozado o período de férias vencido no incício desse ano, o trabalhador terá ainda direito a receber a retribuição correspondente a esse período, bem como o respectivo subsídio.

3 — O período de férias a que se refere o número anterior, embora não gozado, conta-se sempre para efeitos de antiguidade.

Cláusula 42.^a

(Efeitos da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado)

1 — No ano da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado respeitante ao trabalhador, se se verificar a impossibilidade total ou parcial do gozo do direito a férias já vencido, o trabalhador terá direito à retribuição correspondente ao período de férias não gozado e respectivo subsídio.

2 — No ano de cessação do impedimento prolongado, o trabalhador terá direito ao período de férias e respectivo subsídio que teria vencido em 1 de Janeiro desse ano, se tivesse estado ininterruptamente ao serviço.

3 — Os dias de férias que excedam o número de dias contados entre o momento da apresentação do trabalhador, após a cessação do impedimento, e o termo do ano civil em que esta se verifique serão gozados no ano imediato.

Cláusula 43.^a

(Doença no período de férias)

1 — Se o trabalhador adoecer durante as férias, serão as mesmas interrompidas desde que a empresa seja do facto informada, prosseguindo o respectivo gozo após o termo da situação de doença, nos termos em que as partes acordarem, ou, na falta de acordo, logo após a alta.

2 — Aplica-se ao disposto na parte final do número anterior o disposto no n.º 3 da cláusula precedente.

3 — A prova da situação de doença prevista no n.º 1 desta cláusula poderá ser feita por estabelecimento hospitalar, por médico da Previdência ou por atestado médico, sem prejuízo, neste último caso, do direito de fiscalização e controle por médico indicado pela empresa.

Cláusula 44.^a

(Trabalho após as férias)

Os elementos da orquestra, cantores principais e coralistas não podem ser obrigados a participar em espectáculo que se realize nos primeiros 10 dias úteis após o termo das férias.

Cláusula 45.^a

(Violação do direito a férias)

No caso de a empresa obstar ao gozo das férias nos termos previstos neste acordo e na lei, o trabalhador receberá, a título de indemnização, o triplo da retribuição correspondente ao período em falta.

Cláusula 46.^a

(Faltas)

Falta é a ausência do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado.

Cláusula 47.^a

(Tipos de faltas)

1 — As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.

2 — São consideradas faltas justificadas:

- a) As dadas por altura do casamento, até 11 dias seguidos, excluindo os dias de descanso intercorrentes;
- b) As motivadas por falecimento de cônjuge, parentes ou afins, nos termos da cláusula seguinte;
- c) As motivadas pela prática de actos necessários e inadiáveis, no exercício de funções em associações sindicais ou instituições de previdência e na qualidade de delegado sindical ou de membro da comissão de trabalhadores;
- d) As motivadas pela prestação de provas em estabelecimento de ensino;
- e) As motivadas por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador, nomeadamente doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais, ou a necessidade de prestar assistência inadiável a membros do seu agregado familiar;
- f) As prévia ou posteriormente autorizadas pela empresa.

3 — São consideradas injustificadas todas as faltas não previstas no número anterior.

Cláusula 48.^a

(Faltas por motivo de falecimento de parentes ou afins)

1 — Nos termos da alínea b) do n.º 2 da cláusula anterior, o trabalhador pode faltar justificadamente:

- a) Até 5 dias consecutivos por falecimento do cônjuge não separado de pessoas e bens ou de parente ou afim do 1.º grau da linha recta;
- b) Até 2 dias consecutivos por falecimento de outro parente ou afim da linha recta ou do 2.º grau da linha colateral.

2 — Aplica-se o disposto na alínea b) do número anterior ao falecimento de pessoas que vivam em comunhão de vida e habitação com o trabalhador.

Cláusula 49.^a

(Comunicação e provas sobre faltas justificadas)

1 — As faltas justificadas, quando previsíveis, serão obrigatoriamente comunicadas à empresa com a antecedência mínima de 5 dias.

2 — Quando imprevistas, as faltas justificadas serão obrigatoriamente comunicadas à empresa logo que possível.

3 — O não cumprimento do disposto nos números anteriores torna as faltas injustificadas.

4 — A empresa pode, em qualquer caso de falta justificada, exigir ao trabalhador prova dos factos invocados para a justificação.

Cláusula 50.^a

(Efeitos das faltas justificadas)

1 — As faltas justificadas não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos ou regalias do trabalhador, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Determinam perda de retribuição as seguintes faltas, ainda que justificadas:

- a) Dadas nos casos previstos na alínea c) do n.º 2 da cláusula 47.^a, salvo disposto legal em contrário ou tratando-se de faltas dadas por membros de comissão de trabalhadores;
- b) Dadas por motivo de doença, desde que o trabalhador tenha direito ao respectivo subsídio da Previdência;
- c) Dadas por motivo de acidente de trabalho, desde que o trabalhador tenha direito a qualquer subsídio ou seguro.

3 — Nos casos previstos na alínea e) do n.º 2 da cláusula 47.^a, se o impedimento do trabalhador se prolongar para além de 1 mês, aplica-se o regime da suspensão do contrato de trabalho por impedimento prolongado.

Cláusula 51.^a

(Efeitos das faltas injustificadas)

1 — As faltas injustificadas determinam sempre perda da retribuição correspondente ao período de ausência, o qual será descontado para todos os efeitos na antiguidade do trabalhador.

2 — Tratando-se de faltas injustificadas a um ou a meio período normal de trabalho diário, o período de ausência a considerar para os efeitos do número anterior abrangerá os dias ou meios dias de descanso imediatamente anteriores ou posteriores ao dia ou dias de falta.

3 — Incorre em infracção disciplinar grave todo o trabalhador que:

- a) Faltar injustificadamente durante 3 dias consecutivos ou 6 dias interpolados num período de 1 ano;
- b) Faltar injustificadamente com alegação de motivo de justificação comprovadamente falso.

4 — No caso de a apresentação do trabalhador, para início ou reinício da prestação de trabalho, se verificar com atraso injustificado superior a 30 ou a

60 minutos, pode a empresa recusar a aceitação da prestação durante parte ou todo o período normal de trabalho, respectivamente.

Cláusula 52.^a

(Efeitos das faltas no direito a férias)

As faltas, justificadas ou injustificadas, não têm qualquer efeito sobre o direito a férias do trabalhador.

Cláusula 53.^a

(Regime de faltas especial)

Os elementos da orquestra, cantores, corralistas e serviços técnicos poderão ter um regime de faltas especial, a fixar através de regulamento interno negociado entre as partes.

Cláusula 54.^a

(Licenças sem retribuição)

1 — A empresa pode atribuir ao trabalhador, a pedido deste, licenças sem retribuição.

2 — O período de licença sem retribuição conta-se para efeitos de antiguidade.

3 — Durante o mesmo período cessam os direitos, deveres e garantias das partes, na medida em que pressuponham a efectiva prestação de trabalho.

4 — A empresa concederá, sempre que possível, licenças sem retribuição para a frequência de cursos ou estágios de aperfeiçoamento profissional e pela duração destes.

Cláusula 55.^a

(Direito ao lugar)

1 — O trabalhador beneficiário de licença sem vencimento mantém o direito ao lugar.

2 — Poderá ser contratado um substituto para o trabalhador na situação de licença sem retribuição, nos termos previstos para o contrato a prazo.

CAPÍTULO VII

Retribuição do trabalho

Cláusula 56.^a

(Definição de retribuição)

1 — Só se considera retribuição aquilo a que, nos termos da lei, do presente acordo ou dos usos, o trabalhador tem direito como contrapartida do seu trabalho.

2 — A retribuição compreende a remuneração de base e todas as outras prestações regulares e periódicas feitas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie.

3 — Até prova em contrário, presume-se constituir retribuição toda e qualquer prestação da entidade patronal ao trabalhador.

Cláusula 57.^a

(Retribuições mínimas)

As remunerações mínimas garantidas aos trabalhadores abrangidos por este contrato são as constantes do anexo II.

Cláusula 58.^a

(Transmissões pela TV)

1 — Quando o espectáculo em que o trabalhador participa for transmitido pela televisão, terá aquele direito a uma remuneração suplementar calculada da seguinte forma:

- 7,5 % da retribuição mensal auferida pela primeira transmissão, caso se verifique em cada temporada mais de uma transmissão;
- 10 % da retribuição mensal no caso de haver apenas uma transmissão por temporada;
- 2,5 % da retribuição mensal por cada uma das eventuais retransmissões.

2 — A remuneração suplementar a atribuir aos corralistas a tempo parcial será de montante igual à que for paga aos corralistas a tempo inteiro.

Cláusula 59.^a

(Prémios)

1 — Os corralistas a tempo inteiro, quando interpretam papéis individuais, têm direito, segundo a importância daqueles, a um prémio de 1000\$ a 8000\$ por espectáculo.

2 — Os corralistas a tempo parcial têm direito a receber 1000\$ por cada récita que se realize e 450\$ por cada ensaio geral em que participe o mesmo coro.

3 — O disposto no número anterior não se aplica para o coro masculino nas récitas em que só intervier o coro feminino, e para o coro feminino nas récitas em que só intervier o coro masculino.

4 — O disposto no n.º 2 também não se aplica em caso de falta injustificada do corralista ou de suspensão do seu contrato de trabalho.

Cláusula 60.^a

(Prémios de outro pessoal)

1 — Os técnicos que tenham participação efectiva em cada espectáculo têm direito aos seguintes prémios:

Electricista-chefe, maquinista-chefe e costureira-chefe	1 000\$00
Electricista-adjunto, maquinista-adjunto e costureira-adjunta	750\$00
Cabo-varanda	600\$00
Auxiliares	500\$00

2 — O pessoal administrativo e auxiliar que preste efectivo apoio a cada espectáculo tem direito aos seguintes prémios:

Almoxarife e fiel	1 000\$00
Porteiro	600\$00

3 — Os prémios de espectáculo previstos nesta cláusula excluem qualquer outro direito ou remuneração suplementar.

Cláusula 61.^a

(Subsídio de Natal)

1 — Cada trabalhador com 1 ou mais anos de antiguidade terá direito a um subsídio de Natal, até ao dia 15 de Dezembro, de montante igual ao da retribuição mensal efectiva.

2 — Os trabalhadores que tenham completado o período experimental, mas não tenham concluído 1 ano de serviço até 31 de Dezembro, têm direito a um subsídio de Natal de montante proporcional ao número de meses de serviço completados até essa data.

3 — Cessando o contrato de trabalho, a empresa pagará ao trabalhador a parte do subsídio de Natal proporcional ao número de meses completos de serviço do ano da cessação.

4 — Suspendendo-se o contrato de trabalho por impedimento prolongado do trabalhador, este terá direito:

- No ano da suspensão, a um subsídio de Natal de montante proporcional ao número de meses de serviço prestado nesse ano;
- No ano do regresso à prestação de trabalho, a um subsídio de Natal de montante proporcional ao número de meses completos de serviço até 31 de Dezembro, contados desde a data do regresso.

Cláusula 62.^a

(Ajudas de custo)

1 — As deslocações no País, para fora do concelho em que se situe o local de trabalho normal, por necessidade de actuar em um ou mais espectáculos, operam-se nos seguintes termos:

- As despesas de transporte são pagas directamente pela empresa;
- As despesas de manutenção são satisfeitas mediante o pagamento de uma ajuda de custo, entendendo-se por tais despesas as relativas ao alojamento, alimentação, transportes, telefonemas locais, etc.;
- Os valores a atribuir para ajudas de custo são os seguintes:

Almoço/jantar	450\$00
Jantar e pernoita com pequeno-almoço	1 200\$00
Pernoita com pequeno-almoço	900\$00
Diária completa	1 600\$00

2 — Em caso de deslocação ao estrangeiro, os valores a atribuir como ajudas de custo são os seguintes:

Almoço/jantar	1 200\$00
Jantar e pernoita com pequeno-almoço	3 200\$00
Pernoita com pequeno-almoço	2 400\$00
Diária completa	4 000\$00

3 — No caso de a empresa custear integralmente todas as despesas de manutenção, o trabalhador terá direito a receber, a título de dinheiro de bolso:

- No País — 300\$ diários;
- No estrangeiro — 800\$ diários.

4 — Tanto as ajudas de custo como o dinheiro de bolso referentes a deslocações ao estrangeiro serão pagos na moeda do país onde as actuações terão lugar, ao câmbio do dia da partida de Portugal.

Cláusula 63.^a

(Diuturnidades)

Cada trabalhador terá direito a uma diuturnidade de 750\$ por cada 5 anos de permanência na empresa, até ao limite de 5 diuturnidades.

Cláusula 64.^a

(Subsídio de almoço)

1 — Os trabalhadores a tempo completo têm direito a um subsídio de almoço de 1200\$ mensais e à utilização da cantina nos termos em que o têm feito até ao presente.

2 — Qualquer alteração ao regime previsto no número anterior será acordada entre a empresa e os trabalhadores.

Cláusula 65.^a

(Abono para falhas)

1 — Os trabalhadores que exercem funções de pagamento ou recebimento terão direito a um subsídio mensal de 500\$ para falhas.

2 — Os serviços de bilheteiras que laborem a tempo completo serão dotados de um subsídio mensal de 500\$.

3 — Quando, por motivo de férias, doença ou outro impedimento os referidos trabalhadores forem substituídos, o subsídio será recebido pelo substituto em relação ao tempo que durar a substituição.

Cláusula 66.^a

(Subsídio de traje)

Os instrumentistas receberão em cada ano civil a importância de 5000\$ para despesas de traje.

CAPÍTULO VIII

Processo disciplinar

Cláusula 67.^a

(Poder disciplinar)

A empresa tem poder disciplinar sobre os trabalhadores ao seu serviço.

Cláusula 68.^a

(Sanções disciplinares)

1 — A empresa pode aplicar, dentro dos limites fixados nos números seguintes, as seguintes sanções disciplinares:

- a) Repreensão;
- b) Repreensão registada;
- c) Suspensão do trabalho com perda de retribuição;
- d) Despedimento com justa causa.

2 — A suspensão não pode exceder 24 dias por infracção e 60 dias em cada ano civil.

3 — A sanção disciplinar deve ser proporcionada à gravidade da infracção e à culpabilidade do infractor, tomando-se ainda em conta a sua personalidade, antiguidade, passado disciplinar e outras circunstâncias atendíveis.

4 — Não pode aplicar-se mais de uma sanção disciplinar pela mesma infracção.

5 — Poderá ser criado um regime especial de sanções para os elementos da orquestra, cantores, coralistas e serviços técnicos, através de regulamento interno negociado pelas partes.

Cláusula 69.^a

(Exercício da acção disciplinar)

1 — O procedimento disciplinar deve exercer-se nos 30 dias posteriores àquele em que a empresa ou o superior hierárquico com competência disciplinar teve conhecimento da infracção.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se que o procedimento disciplinar se exerce no momento em que a empresa ou o superior hierárquico com competência disciplinar ordena a instauração do respectivo processo ou inquérito.

3 — A infracção disciplinar prescreve ao fim de 1 ano a contar do momento em que teve lugar ou logo que cesse o contrato de trabalho.

Cláusula 70.^a

(Procedimento disciplinar)

1 — Nenhuma sanção disciplinar pode ser aplicada sem audiência prévia do trabalhador arguido, e a sua execução só pode ter lugar nos 3 meses subsequentes à decisão.

2 — Salvo no caso de repreensão, a audiência prévia implica a elaboração de uma nota de culpa, da qual constará a descrição dos factos imputados ao trabalhador, que lhe será entregue com indicação expressa do prazo dentro do qual lhe é permitido deduzir a sua defesa.

3 — O arguido terá o prazo de 10 dias para deduzir a sua defesa por escrito e requerer a produção de quaisquer provas.

4 — Serão obrigatoriamente ouvidas pelo instrutor as testemunhas indicadas pelo arguido, até ao máximo de 5 por cada infracção.

5 — Finda a instrução do processo, será este presente à entidade com competência disciplinar, que poderá proceder ou mandar proceder a quaisquer outras diligências que se mostrem razoavelmente necessárias para proferir a decisão, podendo ser recusada a efectivação de diligências requeridas pelo trabalhador quando revistam natureza manifestamente dilatória ou sejam patentemente inúteis ou injustificadas.

Cláusula 71.^a

(Suspensão preventiva)

Nos casos previstos na lei, poderá a empresa suspender preventivamente o trabalhador, sem perda de retribuição.

Cláusula 72.^a

(Despedimento)

1 — Quando haja indícios de comportamento que integre o conceito de justa causa de despedimento, a empresa comunicará ao trabalhador arguido e à comissão de trabalhadores a sua intenção de proceder ao despedimento, o que fará acompanhar de uma nota de culpa com a descrição fundamentada dos factos a ele imputados.

2 — O trabalhador dispõe de um prazo de 10 dias para deduzir, por escrito, os elementos que considerar relevantes para o esclarecimento da verdade.

3 — A comissão de trabalhadores pronunciar-se-á seguidamente, fundamentando o seu parecer, no prazo de 5 dias a contar do momento em que o processo lhe seja entregue por cópia.

4 — Decorrido o prazo previsto no número anterior, a empresa proferirá ou não o despedimento, devendo a decisão fundamentada constar de documento escrito, de que serão entregues cópias ao trabalhador e à comissão de trabalhadores.

Cláusula 73.^a

(Sanções abusivas)

1 — Consideram-se abusivas as sanções motivadas pelo facto de o trabalhador:

- a) Haver reclamado legitimamente contra as condições de trabalho;

- b) Recusar o cumprimento de ordens a que não deva obediência;
- c) Exercer ou candidatar-se a funções em associações sindicais ou instituições de segurança social, comissões de conciliação e julgamento e comissões de trabalhadores;
- d) Em geral, exercer, ter exercido, pretender exercer ou invocar os direitos e garantias que lhe assistem.

2 — Até prova em contrário, presume-se abusivo o despedimento ou a aplicação de qualquer sanção quando tenha lugar até 6 meses após qualquer dos factos mencionados nas alíneas a), b) e c) do número anterior, ou até 1 ano após o termo das funções referidas na alínea c), ou da data da apresentação de candidatura a essas funções, quando as não venha a exercer, se já então, num ou noutro caso, o trabalhador se encontrava ao serviço da empresa.

Cláusula 74.^a

(Consequências da aplicação de sanções abusivas)

No caso de a empresa aplicar alguma sanção abusiva, terá de indemnizar o trabalhador nos termos gerais de direito, com as alterações da lei do contrato de trabalho e de outras porventura aplicáveis.

CAPÍTULO IX

Previdência e acidentes

Cláusula 75.^a

(Princípio geral)

A empresa e os trabalhadores ao seu serviço abrangidos por este acordo contribuirão pontualmente para as instituições de segurança social que obrigatoriamente os abrangem, nos termos dos respectivos regulamentos.

Cláusula 76.^a

(Incapacidade proveniente de acidente de trabalho)

1 — Em caso de incapacidade temporária, parcial ou absoluta proveniente de acidente de trabalho, a empresa garantirá ao trabalhador, por si ou através de terceiros, durante o período de 120 dias, a sua retribuição mensal.

2 — Caso o trabalhador se mostre incapacitado para o exercício da profissão e não tenha atingido a idade da reforma, a empresa obriga-se, sempre que possível, a empregá-lo noutra actividade consentânea com as suas aptidões e sem prejuízo da retribuição.

Cláusula 77.^a

(Seguro de instrumentos)

1 — A empresa fará um seguro de instrumentos dos músicos da orquestra que cobrirá os riscos de perda

ou dano resultante de acidente durante o transporte ou permanência do instrumento seguro nos locais de actuação ou ensaio, incluindo incêndio ou roubo.

2 — O valor máximo a segurar do conjunto dos instrumentos será de 20 000 000\$.

3 — Os músicos da orquestra entregarão ao conselho de gerência uma lista da qual conste o nome do instrumentista proprietário, tipo de instrumento e respectiva marca, características e nacionalidade e o valor que lhe é atribuído.

4 — Esta disposição só entrará em vigor após a lista a que se refere o número anterior ter sido entregue e aceite pela companhia seguradora.

CAPÍTULO X

Trabalho feminino

Cláusula 78.^a

(Protecção na gravidez e na maternidade)

1 — Além do estipulado no presente acordo para a generalidade dos trabalhadores, as trabalhadoras têm direito:

- a) A não desempenhar durante a gravidez tarefas clinicamente desaconselháveis, como tal reconhecidas pela medicina do trabalho, não podendo por isso ser-lhe diminuída a retribuição;
- b) A faltar durante 90 dias no período de maternidade, os quais não poderão ser descontados para quaisquer efeitos, designadamente licença para férias, antiguidade ou aposentação; dos 90 dias fixados nesta alínea, 60 deverão ser gozados obrigatória e imediatamente após o parto; os restantes 30 dias poderão ser gozados, total ou parcialmente, antes ou depois do parto;
- c) No caso de hospitalização da criança a seguir ao parto, a licença por maternidade poderá ser interrompida de então até final do referido período de internamento e retomada a partir da data em que cesse o mesmo internamento;
- d) No caso de aborto ou de parto de nado-morto, o número de faltas com os efeitos fixados na alínea b) será de 30 dias;
- e) Dentro do período referido na alínea d), compete ao médico graduar o período de interrupção do trabalho, em função das condições de saúde da mulher;
- f) O direito de faltar no período de maternidade, com os efeitos previstos na alínea b), cessa nos casos de morte do nado-vivo, ressalvando-se sempre um período de repouso de 30 dias após o parto;
- g) Após o parto, consumada a maternidade e sem prejuízo da licença de 90 dias resultante das alíneas anteriores, têm direito à con-

cessão de 2 períodos de meia hora, acumuláveis, por dia, sem perda de retribuição nem de férias, durante 8 meses para aleitação dos filhos, podendo este período ser prolongado até 1 ano no caso de amamentação;

h) Nos últimos 6 meses de gravidez e até 8 meses depois do parto, têm direito à dispensa de prestação de trabalho nocturno sempre que o requeiram;

i) Nos últimos 3 meses de gravidez e até 8 meses depois do parto, têm direito à dispensa de grandes deslocações sempre que o requeiram.

2 — Os períodos posteriores ao parto fixados nas alíneas h) e i) não se aplicam nos casos previstos na alínea d) do número anterior.

CAPÍTULO XI

Disposições gerais e transitórias

Cláusula 79.^a

(Tabela salarial)

A tabela salarial entrará em vigor na data resultante da aplicação da alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro.

Cláusula 80.^a

(Regulamentos)

1 — Com a entrada em vigor do presente acordo ficam substituídos e revogados os regulamentos internos vigentes na empresa que o contrariem.

2 — Os regulamentos internos previstos no presente acordo deverão estar concluídos até ao fim do mês de Fevereiro de 1982.

Cláusula 81.^a

(Extinção de prémios)

São extintos todos os prémios não previstos no presente acordo.

Cláusula 82.^a

(Disposição transitória)

1 — A empresa obriga-se a manter os subsídios de creche, jardim de infância e auxílio de estudos que forem atribuídos pelos Serviços Sociais da Presidência do Conselho.

2 — Aos trabalhadores que transitaram da ex-Sociedade Artística e Filarmónica de Lisboa para o Teatro Nacional de S. Carlos, nos termos do Decreto-Lei n.º 413/75, de 8 de Agosto, ser-lhes-á contado o tempo

de serviço naquela prestado, nomeadamente para efeitos de antiguidade e diuturnidades, mas não para efeitos de reforma e aposentação.

ANEXO I

Definições de funções

Almoxarife. — É o trabalhador ao qual estão cometidas tarefas de execução administrativa específicas no Teatro ou no exterior, podendo efectuar cobranças e pagamentos, em dinheiro, até aos limites que forem superiormente determinados. Faz levantamentos e depósitos bancários sob a orientação do tesoureiro ou outro responsável financeiro.

Arrumador de orquestra. — É o trabalhador que, sob a orientação do encarregado da orquestra, coloca e retira as estantes, cadeiras e outros materiais relacionados com a orquestra. Colabora em cargas e descargas de materiais da orquestra.

Assistente de luzes. — É o trabalhador que coadjuva o encenador nas indicações de entradas musicais referentes ao programa de luzes durante espectáculos e ensaios.

Auxiliar. — É o trabalhador que auxilia e coadjuva no sector onde estiver integrado nas funções que lhe são próprias.

Bilheteiro. — É o trabalhador que tem a responsabilidade dos serviços de bilheteira, assegurando a venda de bilhetes, a elaboração das folhas de bilheteira e os pagamentos e recebimentos na bilheteira.

Cabo-varanda. — É o trabalhador responsável por todo o trabalho na varanda e na teia, enfiamento de cordas nas carreiras; chefia as manobras de tudo quanto está suspenso na teia. Quando não há serviço de varanda, actua no palco conjuntamente com os maquinistas nas montagens e restante serviço diário.

Cantor principal. — É o trabalhador que interpreta um determinado papel cantado e ou representado de uma ópera, de uma oratória ou de uma cantata e outras formas musicais, com canto.

Cantor solista. — É o trabalhador que interpreta nas óperas que o teatro levar à cena papéis secundários ou mesmo principais, assim como operetas, concertos e outras formas musicais, com canto, em conformidade com as suas possibilidades artísticas.

Carpinteiro-marceneiro. — É o trabalhador que fabrica, monta, transporta e repara móveis e adereços de madeira, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas. Executa a obra a partir da sua imaginação, de modelos, desenhos ou outras especificações técnicas.

Cenógrafo-assistente. — É o trabalhador que executa, como assistente, os cenários, cortinas ou telões, em tamanho natural, a partir do projecto apresentado pelo maquetista, auxiliado pelos maquetistas, sob orientação do cenógrafo.

Chefe de secção. — É o trabalhador que coordena, dirige ou controla um conjunto de trabalhadores que exercem a sua actividade numa secção administrativa ou no domínio de uma função dentro da empresa.

Concertino. — É o trabalhador que chefia o naipe de primeiros-violinos; toca solos; dá indicações necessárias aos restantes elementos do naipe, segundo as directrizes do maestro; encarrega-se da afinação da orquestra; responsabiliza-se pela marcação dos materiais em colaboração com os restantes chefes de naipe das cordas; orienta os ensaios do seu naipe.

Contra-regra. — É o trabalhador que tem à sua guarda todos os adereços e móveis do espectáculo e desempenha as seguintes funções: coloca e retira de cena os móveis e adereços; avisa os artistas e o público do início do espectáculo; assegura a entrega aos artistas dos adereços; controla o palco durante o espectáculo, assegurando o seu bom e correcto desenvolvimento. Poderá ainda exercer funções de director de palco ou de cabo de figuração, recolhendo nos espectáculos e ensaios as faltas da figuração e intérpretes.

Coordenador de produção. — É o trabalhador que participa na preparação dos programas de trabalho para execução dos planos de actividades e directivas emanadas do conselho de gerência e do director-geral, em ordem à efectivação da produção do Teatro; elabora calendários e mapas de produção; consulta periodicamente os diversos responsáveis por cada sector da produção a fim de comprovar o bom cumprimento dos programas de trabalho; faz relatórios periódicos para o conselho de gerência sobre as deficiências encontradas na execução dos programas e propõe medidas para o seu aperfeiçoamento; contacta com os artistas e técnicos com vista à coordenação dos vários sectores da produção para uma perfeita execução dos programas em curso, devendo promover as necessárias reuniões sectoriais e intersectoriais com o mesmo fim.

Coralista a tempo inteiro. — É o trabalhador que canta integrado no coro em espectáculos de concerto, ópera, opereta, podendo cantar solos nestes mesmos espectáculos.

Coralista a tempo parcial. — É o trabalhador que canta integrado no coro em espectáculos de concerto, ópera, opereta.

Costureira-adjunta. — É a trabalhadora que coadjuva a costureira-chefe na confecção de vestuário, chapéus ou adereços e em todas as tarefas que lhe são específicas.

Costureira-chefe. — É a trabalhadora responsável pela confecção de vestuário, chapéus ou adereços, de acordo com os figurinos, e tem a seu cargo a direcção do respectivo *atelier* e a conservação e limpeza dos diversos artigos do guarda-roupa.

Director de cena. — É o trabalhador responsável pela disciplina e coordenação dos trabalhos de palco e salas de ensaios de cena, pelas encenações de sua

autoria e pela remontagem de encenações alheias e ainda pelas comunicações directas ao público. Coadjuva e, eventualmente, substitui o director cenotécnico, quando exista e seja caso disso.

Director de cenografia. — É o trabalhador que orienta a execução de todos os trabalhos de cenografia; tem a responsabilidade geral da montagem e desmontagem dos elementos materiais acordados para a efectivação do espectáculo com o encenador, o maquetista e o figurinista. De acordo com o orçamento aprovado, controla a aquisição dos materiais, fiscalizando a execução de empreitadas e cenografia.

Director de palco. — É o trabalhador que chefia e coordena directamente os serviços no palco, ou seja, os maquinistas, electricistas, contra-regra e figuração.

Director técnico. — É o trabalhador que dirige, coordena e planifica os vários sectores técnicos da cena, a saber: pessoal de palco, cenografia, guarda-roupa, adereçaria e contra-regra.

Electricista-adjunto. — É o trabalhador que, possuindo as habilitações de electricista, coadjuva e, eventualmente, substitui o electricista-chefe ou o operador de órgão de luzes, em caso de impedimento destes, em todas as funções que lhe são específicas.

Electricista-chefe. — É o trabalhador responsável pelo bom funcionamento, disciplina e coordenação dos serviços eléctricos do teatro, pela boa execução do programa de luzes no palco durante os espectáculos e os ensaios e pela colocação do respectivo material e ainda pela conservação da instalação eléctrica do edifício.

Encarregado de biblioteca. — É o trabalhador que tem a seu cargo o arrumo e conservação física das espécies bibliográficas. Controla o bom estado de limpeza e ventilação das salas. Executa trabalhos de ficheiros e inventários que lhe sejam determinados.

Encarregado de orquestra. — É o trabalhador que orienta na montagem da orquestra, anota as presenças dos instrumentistas, executa as tabelas de serviço, afixa o mapa das faltas, está presente aos ensaios e espectáculos, pede transporte para o material da orquestra, assiste à carga e descarga dos instrumentos, chama os instrumentistas após terminado o tempo de intervalo, acompanha os maestros em exercício ao recinto dos espectáculos, desloca-se aos locais de futuros espectáculos para verificar das condições dos mesmos e colabora com o director musical e maestros directores no que for necessário.

Escriturário. — É o trabalhador do serviço geral de escritório ao qual, pela natureza das suas funções, não corresponde qualquer das outras categorias deste anexo.

Fiel. — É o trabalhador responsável pela conservação e recheio do Teatro e dirige os serviços de limpeza do mesmo.

Guarda. — É o trabalhador que vigia as instalações do Teatro para as proteger contra incêndios e roubo ou para proibir a entrada a pessoas não autorizadas, faz rondas periódicas para inspecionar o edifício, examinando as portas e janelas a fim de se assegurar de que estão bem fechadas, verifica se existem outras anomalias, tais como rupturas de condutas de água, gás e riscos de incêndio. Pode auxiliar noutras tarefas simples.

Maestro-assistente. — É o trabalhador que acompanha ou ensaia cantores, individualmente ou em conjunto; executa ao piano a parte orquestral dos ensaios de cena, podendo dirigir conjuntos inteiros e dar entradas em cena durante espectáculos ou ensaios.

Maestro auxiliar do coro. — É o trabalhador que coadjuva nas tarefas que lhe são próprias, podendo exercer funções em matéria de canto, relativamente aos trabalhadores do Teatro.

Maestro director de coro. — É o trabalhador que ensaia os coros do teatro; dirige e dá entradas em cena em espectáculos e ensaios de ópera, opereta e zarzuela.

Maestro-director. — É o trabalhador que dirige espectáculos e ensaios de ópera, concerto ou bailado de acordo com o programa previamente estabelecido pela direcção do teatro. Na ausência do director musical, é responsável pelo nível artístico do sector musical do Teatro.

Maquinista-adjunto. — É o trabalhador que coadjuva e, eventualmente, substitui o maquinista-chefe, em caso de impedimento deste, em todas as funções que lhe são específicas.

Maquinista-chefe. — É o trabalhador responsável pela preparação e implantação no palco dos cenários, de acordo com o cenógrafo, assegura as suas mutuações, bem como o funcionamento das máquinas e tramóias necessárias à sequência do espectáculo. Tem ainda como funções a conservação do edifício e armazenagem dos cenários e a colocação e afixação de cartazes ou outros elementos publicitários que exijam a competência da sua especialidade.

Paquete. — É o trabalhador que faz entrega de mensagens e outros objectos inerentes ao serviço interno e externo; pode executar o serviço de reprodução e endereçamento de documentos. Pode executar outras tarefas simples de secretaria.

Pianista acompanhador. — É o profissional diplomado com o curso de piano que acompanha cantores nos diversos géneros de música cantada.

Porteiro. — É o trabalhador que controla as entradas e saídas do pessoal, examina a entrada e saída de determinados volumes, atende os visitantes, informa-se das suas pretensões e anuncia-os ou indica-lhes os serviços a que se devem dirigir. Pode exercer outros pequenos serviços, quando determinados.

Secretário de direcção. — É o trabalhador que se ocupa do secretariado específico da administração ou direcção. Assegura por sua própria iniciativa a rotina diária do gabinete; prepara os processos da responsabilidade da direcção, juntando a correspondência recebida e outros documentos e informações sobre o assunto; submete os processos a apreciação e, eventualmente, transmite as decisões tomadas aos interessados; estenografa e transcreve em dactilografia relatórios, cartas e outros textos; marca entrevistas aos administradores ou directores e recorda-lhas; ocupa-se de pedidos de informações, atende o telefone e faz os contactos necessários; entrega correio pessoal e a correspondência importante e, por vezes, assegura por sua própria iniciativa a correspondência corrente; toma as providências necessárias para a realização de assembleias gerais, reuniões de trabalho, contratos e escrituras; redige as actas das reuniões e distribui-as aos participantes juntamente com outra documentação, quando tal lhe seja cometido.

Secretário de produção. — É o trabalhador que auxilia os directores artísticos e os directores de encenação, cena ou produção, realizando tarefas de assistência à produção, consoante o determinado.

Secretário de orquestra. — É o trabalhador responsável pelos contactos e celebração de contratos com os músicos eventuais, bem como pelas tarefas administrativas que lhe sejam determinadas pela gerência ou direcção artística.

Solista A. — É o trabalhador que chefia o naipe, toca solos, dá indicações necessárias aos restantes elementos do naipe, segundo as directrizes do maestro, preocupa-se com a afinação do naipe, orienta os ensaios do seu naipe.

Solista B:

a) **Cordas.** — É o trabalhador que substitui o solista A na sua ausência, assumindo todas as funções inerentes ao desempenho do cargo;

b) **Sopros.** — São os segundos-instrumentistas, responsabilizando-se pela execução das partes respeitantes ao seu cargo.

Telefonista. — É o trabalhador que faz ligações telefónicas internas e externas e dá informações, se necessário, sobre ligações telefónicas.

Tesoureiro. — É o trabalhador que dirige, coordena ou controla os serviços de tesouraria na empresa, assumindo a responsabilidade pelos valores em caixa. Pode verificar as diversas folhas de caixa ou de bilheteira e conferir as existências de cada caixa. Pode também preparar os fundos para serem depositados no banco e tomar as disposições necessárias para os levantamentos. Pode verificar periodicamente se os valores em caixa coincidem com o que os livros indicam; distribui o trabalho pelas diferentes caixas; executa outras tarefas relacionadas com operações financeiras.

Trabalhador de limpeza. — É o trabalhador cuja actividade consiste principalmente em proceder à limpeza das instalações.

«Tutti». — É o trabalhador que toca as partes respeitantes ao seu cargo e copia as marcações dos materiais feitas pelos chefes de naipe.

ANEXO II
Tabela salarial
Artístico

Níveis salariais	Categorias profissionais	Vencimento mensal
I	Maestro-director	50 000\$00
II	Cantor principal Concertino Maestro-assistente Maestro director de coro	44 000\$00
III	Solista A	39 000\$00
IV	Solista B	36 000\$00
V	Tutti	33 000\$00
VI	Cantor solista Pianista acompanhador	32 000\$00
VII	Maestro auxiliar de coro	30 000\$00
VIII	Coralista a tempo inteiro	27 000\$00
IX	Coralista a tempo parcial	8 500\$00

Plásticos, técnicos e administrativos

Níveis salariais	Categorias profissionais	Vencimento mensal
I	Director técnico	45 000\$00
II	Director de cenografia	43 000\$00
III	Coordenador de produção	40 000\$00
IV	Director de cena	32 000\$00
V	Director de palco	26 000\$00

Níveis salariais	Categorias profissionais	Vencimento mensal
VI	Almoxarife Contra-regra Costureira-chefe Electricista-chefe Maquinista-chefe Tesoureiro	24 750\$00
VII	Cenógrafo-assistente Chefe de secção Secretário de orquestra	21 500\$00
VIII	Fiel	19 250\$00
IX	Assistente de luzes Costureira-adjunta Electricista-adjunto Encarregado de orquestra Maquinista-adjunto	18 750\$00
X	Carpinteiro-marceneiro Secretário de direcção Secretário de produção	18 000\$00
XI	Cabo-varanda Primeira-escriturária	15 000\$00
XII	Auxiliar de 1.ª	14 250\$00
XIII	Encarregado de biblioteca Segundo-escriturário Telefonista	13 500\$00
XIV	Bilheteira	13 000\$00
XV	Arrumador de orquestra Auxiliar de 2.ª Guarda Porteiro	12 750\$00
XVI	Trabalhador de limpeza	12 000\$00
XVII	Paquete	11 000\$00

Lisboa, 19 de Novembro de 1981.

Pela Federação dos Sindicatos do Sector dos Espectáculos:
(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Teatro Nacional de S. Carlos, E. P.:
(Assinaturas ilegíveis.)

Depositado em 13 de Janeiro de 1982, a fl. 169 do livro n.º 2, com o n.º 8/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

CCT para as ind. metalúrgicas e metalomecânicas (entre a Assoc. dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte e outras e a Feder. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outros) — Constituição da comissão paritária.

De harmonia com o estipulado na cláusula 144.^a do CCT em epígrafe, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 33, de 8 de Setembro de 1981, foi constituída pelas entidades signatárias daquela convenção uma comissão paritária com a seguinte composição.

Em representação das associações patronais:

Membros efectivos:

Dr. António Teles Romão.
José Luís Horta de Melo.
Dr. João Manuel P. Simões dos Reis.

Membros suplentes:

Dr. Jorge Ferreira Alves.
Dr. José Manuel Martins de Almeida.
Engenheiro Guimarães e Sousa.
Dr. António da Costa Correia.

Em representação das associações sindicais:

Membros efectivos:

Álvaro António Branco.
Manuel da Silva Ribeiro de Almeida.
Victor Manuel Oliveira da Silva.

Membros suplentes:

José da Silva Cardoso Órfão.
António José Lourenço Vicente.